



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**VIVÊNCIAS DE CATADORAS NA COOPERATIVA DE RECICLAGEM
SANTA RITA**

Cristiane Troina Ferreira

Orientadora: Amanda Motta Castro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cristiane Troina Ferreira

**VIVÊNCIAS DE CATADORAS NA COOPERATIVA DE RECICLAGEM
SANTA RITA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial à obtenção de título de Mestra em Educação.

Orientadora:

Prof^ªDr^a Amanda Motta Castro

Linha de Pesquisa:

Culturas, identidades e diferenças

RIO GRANDE

2021

Ficha Catalográfica

F383v Ferreira, Cristiane Troina.
Vivências de catadoras na Cooperativa de Reciclagem Santa
Rita / Cristiane Troina Ferreira. – 2021.
102 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande/RS,
2021.
Orientadora: Dra. Amanda Motta Castro.

1. Educação 2. Mulheres 3. Catadora 4. Trabalho I. Castro,
Amanda Motta II. Título.

CDU 37-055.2

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Cristiane Troina Ferreira

**VIVÊNCIAS DE CATADORAS NA COOPERATIVA DE RECICLAGEM
SANTA RITA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande para parte da obtenção do título de Mestra em Educação.

Data da defesa: 15 de abril de 2021.

Banca Examinadora

Profª Drª Amanda Motta Castro (orientadora) – Universidade Federal do Rio Grande/PPGEDU

Profª Drª Vânia Alves Martins Chaigar – Universidade Federal do Rio Grande/PPGEDU

Profº Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano – Universidade Federal de Pelotas

Profª Drª. Tatiana Walter – Universidade Federal do Rio Grande

Profº Dr. Alexandre Pereira Macedo – Universidade Federal da Paraíba

Em memória dos meus pais, Orocil e Ondina Ferreira
que me ensinaram o verdadeiro sentido da palavra solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o ato de reconhecer que jamais caminhamos sozinhas, e que entre nossos pares encontramos o consolo, a alegria das vitórias e a força para seguir a luta por justiça social; agradecer é reverenciar nossos ancestrais com a memória de que, sem eles, não estaríamos aqui, traçando e vislumbrando um mundo mais justo.

Nesta página que dedico a agradecer, começo por aqueles que me deram a vida, aos meus pais, que mesmo não estando mais aqui para ver essa vitória, estão com certeza vibrando a gratidão dessa vitória.

Agradeço aos meus irmãos, que sempre apoiaram essa caminhada, e principalmente as irmãs de alma Marcela e Roberta que incentivaram minha entrada para o mestrado, mas como o caminho nunca é solitário, tive o prazer de um encontro despretenso que me deu mais duas irmãs de alma Raylene e Izabel e sem elas nada disso seria possível, afinal quando temos irmãs não desistimos.

Sou imensamente grata a minha orientadora Amanda Motta, sempre muito paciente com suas contribuições, e principalmente nos ensinando a prática da sororidade feminista, para que assim conseguisse chegar ao fim dessa etapa.

Gratidão a banca que disponibilizou seu tempo para que esse trabalho pudesse ser concluído.

E gratidão ao meu companheiro, que nos momentos mais complicados, foi paciente e parceiro, incentivando-me a cada momento para realização dessa dissertação.

E agradeço principalmente a Gessy, Marina e Maria que ao ouvi-las pude aprender sobre sororidade, amizade, companheirismo, resiliência.

A todos que fizeram parte dessa caminhada Gratidão!

“Mulher a culpa que tu carrega não é tua, divide o fardo comigo dessa vez ...”
Ekena

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido para o Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU- FURG, na linha de pesquisa Culturas, Identidades e Diferenças, e apresenta a história de três mulheres trabalhadoras da Cooperativa de Reciclagem Santa Rita de Cassia. Usamos, nessa pesquisa, pressupostos teóricos de história oral e analisamos à luz de teóricas feministas como Helena Saffioti (1986, 1987, 2014) e Silvia Federici (2019, 2020) a trajetória de trabalho dessas mulheres. Essa dissertação tem por objetivo geral compreender como as mulheres que se ocupam da catação de material reciclado reconhecem sua identidade atrelada a esse trabalho. E os objetivos específicos são: discutir o processo de construção identitária dessas mulheres; entender o lugar que as mulheres ocupam na cooperativa; identificar a percepção sobre o mundo do trabalho das mulheres participantes da pesquisa. Essa dissertação é de caráter qualitativo, que vislumbra através de pressupostos metodológicos de história oral, compartilhar a vivência de mulheres por muito tempo silenciadas, analisando através de suas trajetórias as suas perspectivas de vida e seus cotidianos na rotina do trabalho com a catação de matérias recicláveis. A luta cotidiana se entrelaçou com os referenciais teóricos utilizados nesse trabalho e proporcionaram o fortalecimento do debate a respeito das mulheres e o trabalho, possibilitando a compreensão da lógica capitalista e patriarcal que resulta na exclusão das mulheres no trabalho e, sobretudo as mulheres mais pobres. Reconhecendo a luta, sororidade e o direito de ser que essas mulheres conquistaram e conquistam todos os dias.

Palavras-chave: Educação. Mulheres. Catadora. Trabalho.

ABSTRACT

This work was developed for the Postgraduate Program in Education PPGEDU-FURG, in the research line of Cultures, Identities and Differences, and it presents the story of three women workers of the Santa Rita de Cassia Recycling Cooperative. In this research, we used Oral History theoretical assumptions and we analyzed the work trajectory of these women based on feminist theorists such as Helena Saffioti (1986, 1987, 2014) and Silvia Federici (2019, 2020). This master degree work general objective is understanding how women who labor with recycled material collection recognize their identity linked to this work. The specific objectives are: discussing these women identity construction process; understanding the space that women occupy in the cooperative; identifying the research women participating's perception of world's work. This is a qualitative work. And by oral history assumptions, it shares the experience of women who have been silenced for a long time, analyzing their life perspectives and their daily lives in the work routine with the recyclable materials collection through their trajectories. The daily struggle crossed the theoretical references used in this work and provided the strengthening of the debate about women and work. This enables the understanding of the capitalist and patriarchal logic that results in the exclusion of women at work and, especially, the poorest women, recognizing the struggle, sorority and the right to be that these women have conquered and conquer every day.

Keywords: Education. Women. Recycling collector. Work

LISTA DE SIGLAS

NEPGS NUCLEO DE ENSINO E PESQUISA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

IFRS INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

MNCR MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAL
RECICLÁVEL

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Bairro Augusto dos Anjos.....	26
Figura 2 – Cooperativa Santa Rita.....	28
Figura 3 – Quadro “Costureiras” (1950) de Tarsila do Amaral.....	38
Figura 4 – O caminho.....	47
Figura 5 – Lixão: antiga sede da cooperativa Santa Rita.....	47
Figura 6 – Nova sede cooperativa, depósito dos resíduos.....	48
Figura 7 – Quem nós somos? Marina.....	55
Figura 8– Quem nós somos? Gessy.....	56
Figura 9 – Quem nós somos? Maria.....	57
Figura 10 – Notícia sobre inauguração no lixão municipal. Gessy, presente!.....	61
Figura 11– O lar.....	72
Figura 12– O lar que nos acolhe.....	72

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	19
2.1	METODOLOGIA.....	19
2.2	LUGAR DE PESQUISA E A HISTÓRIA DO LIXÃO.....	22
2.3	LIXO E SEUS DESDOBRAMENTOS: BUSCANDO DIÁRIOS DE OUTRAS BITITAS.....	29
3.	PATRIARCADO, TRABALHO E MULHERES.....	34
3.1	MULHERES E PATRIARCADO.....	34
3.2	MULHERES, TRABALHO E CAPITALISMO.....	38
4	MULHERES: ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA NO LIXO.....	46
4.1	CONTEXTUALIZANDO O LUGAR E A PANDEMIA DE COVID-19. “PARA MIM, A PALAVRA MAIS BONITA ERA SAÚDE...”.....	46
4.2	COMO RESISTIR? OS DIÁRIOS DE OUTRAS BITITAS.....	53
4.3	“VAIS TER QUE TRABALHAR PARA PAGAR O QUE TU COME...”.....	61
4.4	O NOSSO TRABALHO É NA MAIORIA SÓ MULHER [...] DIFERENTES MULHERES: O TRABALHO NA COOPERATIVA.....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
6	REFERÊNCIAS.....	78
	ANEXO I.....	82
	ANEXO II.....	83
	ANEXO III.....	85
	ANEXO IV.....	86
	ANEXO V.....	89

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu das inquietudes causadas dentro do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Rio Grande. Dentre muitas discussões sobre promoção de poder e feminismo, no grupo havia a provocação de para quem seria a luta feminista, a discussão de que mais mulheres necessitavam estar ao nosso lado e o desejo de provocar o sentimento da luta feminista em outras para que essas despertassem seu empoderamento, definido por várias autoras, como, por exemplo, Sardenberg (2012) que nos diz que é um processo de transformação da natureza que marginaliza as mulheres e outros sujeitos excluídos em determinado contexto.

No Brasil, empoderamento é considerado um neologismo, ou seja, uma palavra nova, utilizada quando não encontramos alguma outra existente para que possamos adjetivar. Berth (2019) nos permite compreender a complexidade e como esse é um conceito completo, principalmente considerando a atualidade, porém, ela vai nos permitir refletir a necessidade de compreendermos sua complexidade. De acordo com a referida autora, são muitos os conceitos, uma das definições trazidas por ela está pautada nas palavras de Solomon (1976) que traz o empoderamento como um processo de auto direção, ajuda e fortalecimento, sobretudo entre a população negra.

Portanto, o que almejamos mesmo antes da construção da dissertação é a oportunidade de chegar até as mulheres da cooperativa de material reciclado no lixão Santa Rita e levar a pesquisa principalmente para locais além do IFRS.

Desejo movido também pelas memórias que trazem à tona o processo de chegar até o mestrado, quando traço uma linha para compreender o que me constitui ou o que me constituiu educadora. Retomo aqui a minha infância, a sexta filha de pais que deixaram o melhor que podiam. Filha de uma mulher batalhadora que teve seu sonho dos estudos realizados ao me ver graduada e reconhecida como professora, profissão que, segundo minha mãe, eu já apresentava aptidão pois, afinal, dar aulas para pedras quando criança era a minha brincadeira preferida. Obviamente que não ficaria por ai, mais tarde pude desenvolver um pouco mais esse desejo de adentrar nesse mundo ao participar da Pastoral da Juventude, que constituiu o olhar ao outro com empatia, o estar próximo nas práticas e nas vivências.

Assim, tornei-me uma cientista social, essa profissão que tive a oportunidade de exercer por um determinado tempo ao trabalhar como educadora popular nas

comunidades do entorno portuário de Rio Grande enquanto terminava a licenciatura, para então desenvolver o ofício que hoje tenho orgulho de exercer: professora de sociologia. E foi ao ocupar esse espaço que tive a oportunidade de estar no NEPGS, vivenciar ainda mais a luta de mulheres e levar essa luta além dos espaços acadêmicos. Levar essa luta e o desejo de lutar até mulheres que ocupam diversos espaços sociais.

Cabe ainda explicitar que nesse espaço de discussão proporcionado pelo NEPGS, conheci e encantei-me com a história de vida de Carolina Maria de Jesus¹, mulher negra e a primeira a registrar sobre a profissão de catadora de lixo, apresentada no seu livro “Quarto de Despejo”. O livro foi publicado em forma de diário na década de 50, contextualizando a partir da sua história de vida o cotidiano de uma mulher negra, periférica, que tira da catação de lixo o sustento para seus filhos. Conforme Motta:

Por esse registro sabemos que a catação existe há mais de 50 anos quando muitas pessoas catavam ferros, sucatas e papel para vender. Essa foi a alternativa de trabalho que se colocou para muitas pessoas pobres de baixa escolaridade que não tinham outra forma de obtenção de renda, por isso se inserem em um trabalho marcado por condições precárias e não típica do capitalismo (patrão e empregado). (MOTTA, 2017, p. 37)

Assim como nos cadernos de Carolina, seus cotidianos e suas lutas diárias são narradas através de uma escrita simples de uma mulher periférica, que de uma forma singela e despretensiosa nos mostrou o cotidiano de uma mulher negra e favelada na década de 50.

Utilizando dessa inspiração, a pesquisa tem por objetivo geral compreender como as mulheres que se ocupam da catação na cooperativa de reciclagem Santa Rita reconhecem suas identidades² atreladas a esse mundo do trabalho. Vislumbrando responder, portanto, quem são essas mulheres que trabalham na cooperativa e como elas reconhecem suas identidades atreladas ao trabalho de catação?

Destacamos como objetivos específicos desse trabalho discutir o processo de construção identitária dessas mulheres; o lugar que as mulheres ocupam na cooperativa; identificar a percepção sobre o mundo do trabalho das mulheres participantes da pesquisa.

Realizamos o mapeamento do tema aqui pesquisado por meio de pesquisas no banco de dados da CAPES, onde procuramos dissertações e teses que tratassem da mesma

¹Carolina Maria de Jesus (1914-1977): Uma das primeiras e destacada escritora negra do Brasil, nos registros de Carolina de Jesus podemos encontrar o dia-a-dia de uma mulher catadora na década de cinquenta que através da catação sustenta seus três filhos na grande São Paulo.

²Stuart Hall apresenta o conceito do que denomina “identidades culturais” como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. (2006, p. 9).

temática para ampliarmos os nossos estudos e principalmente demonstrar a relevância do estudo para a sociedade. Percebemos que muitas das pesquisas demonstradas na plataforma tratavam da temática analisando a formação das cooperativas, do meio ambiente ou da saúde de catadoras e catadores.

Para realizar a pesquisa utilizamos as seguintes palavras-chave: mulheres, catadoras de lixo, com um recorte temporal de 10 anos (2009-2019). O Número de teses e dissertações encontradas que contemplassem a temática de alguma forma, foram 9 (nove) escritas no período de 2013 a 2017. O banco de dados da CAPES sinalizava outras dissertações que contemplavam o tema mulher, mas não o tema central da pesquisa, que são as mulheres catadoras de lixo. As pesquisas foram fruto de programas diversos, como educação, educação ambiental e enfermagem.

Em 2013, Moreira defendeu a dissertação intitulada “Vida e Trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária”. Nessa dissertação, a autora tem por objetivo geral verificar a inserção das catadoras de materiais recicláveis no processo da economia solidária, dando especial relevo às práticas sociais e de trabalho dessas mulheres e apontando sua crescente participação nas cooperativas econômicas solidárias. Utilizou como metodologia abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos. A amostra empírica elegeu 02 cooperativas de catadoras de materiais recicláveis, nas quais pesquisou 08 mulheres, além de 06 sujeitos externos ouvidos em entrevista do tipo semiestruturado, perfazendo um total de 14 pessoas.

Ainda em 2013, Rossa escreveu sobre as catadoras no trabalho intitulado “Do desemprego à usina: Aprendizagens e narrativas no mundo vivido das catadoras de materiais recicláveis”, Essa dissertação teve por objetivo compreender as experiências/vivências das catadoras a partir de uma perspectiva fenomenológica e etnográfica.

Em segundo, refletir sobre as relações das catadoras com os agentes externos (poder público, organizações, instituições, sociedade e movimentos). E, por fim, pensar o mundo vivido das catadoras numa interlocução com o campo educacional. No convívio com essas mulheres que trabalham na Usina Municipal de Triagem de Resíduos Sólidos e na realização de entrevistas semiestruturadas, buscou-se compreender os sentidos que emergem nessa atividade. Utilizou-se das narrativas para compreender como essas mulheres se apresentam nessa lógica de trabalho.

O trabalho de Rossa (2013) tem uma aproximação com a nossa proposta pelo fato da pesquisa propor entrevista semiestruturada para construção das narrativas para, a partir dessas, compreender como se apresentam a lógica de trabalho para as mulheres pesquisadas.

Selecionamos as que mais se aproximavam da pesquisa. Em 2017, a Tese “Desvendando o Nó: A experiência de Auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo, Motta, Danielle Cordeiro (2017), que afirma que a identidade das mulheres catadoras é algo que cada uma realiza a partir da sua própria experiência coletiva na sua interação com o outro e outras.

Sendo assim, a pesquisa é de grande importância pois através da experiência ou como ainda mostra Moreira (2013), Rossa (2013), Motta (2017), a identidade é um processo histórico-social construído a partir de elementos históricos, sociais, culturais religiosos e psicológicos. Destacamos essas por suas análises se aproximarem mais com a proposta dessa pesquisa: que é compreender como as mulheres que se ocupam da catação de materiais recicláveis percebem sua identidade atreladas ao mundo do trabalho.

Portanto, a presente pesquisa pretende, diferentemente das pesquisas citadas no estado da arte, mostrar a história de vida de cada mulher, fazer um recorte de gênero e ouvir a respeito da construção de suas identidades, além do apoio de umas às outras e a construção de um movimento de mulheres, possibilitando-nos refletir acerca da importância da luta feminista e como é fundamental que ocupemos todos os espaços da sociedade, colocando-nos entre todas as classes sociais. Como destaca Gebara:

As migalhas do feminismo organizado mistura-se a comida da mulheres pobres desorganizadas e dão-lhes um sabor diferente. Esse sabor lhes fornece de maneira quase espontânea um referencial diferente do tradicional na busca de seu objetivo fundamental: objetivo de melhorar de vida. (GEBARA, 2000, p. 16)

Pensar e discutir a luta feminista é colocar em pauta todas as formas de opressão de gênero, raça e classe que nos coloca enquanto subalternas. Portanto, reafirmamos a relevância da proposta dessa pesquisa e sua realização, que aponta a necessidade de mostrar e ouvir as mulheres que ocupam os diferentes espaços sociais, extramuros dos feminismos acadêmicos.

No primeiro capítulo da pesquisa, que consiste na introdução e no encontro da pesquisadora com o campo, trazemos um apanhado da própria história de vida da autora, o encontro com o ser mulher, o encontro com o espaço de trabalho e com o ser socióloga.

Além disso, trazemos um mapeamento realizado no banco da CAPES e resumos acerca dos capítulos que seguem essa dissertação.

No segundo capítulo, tratamos dos caminhos metodológicos, situamos o lugar da pesquisa e onde a cooperativa está localizada. Trazemos imagens da localização, bem como o mapa e fotos que tiramos ao longo da realização desse trabalho e de em nossos encontros com as mulheres. Além disso, falamos do contexto em que a cooperativa está inserida, bem como as notícias, fatos e histórico do lixão.

No terceiro capítulo, fundamentamos e trabalhamos com conceitos de patriarcado, trabalho e divisão sexual do trabalho bem como o contexto que as mulheres estão e foram inseridas ao longo da história. Por muito tempo, fomos obrigadas³ a contar nossas histórias pelas vozes de homens, hoje, nós assinamos nossos livros, temos o direito de ser.

No quarto capítulo, o espaço é das mulheres que compõem a pesquisa, entrelaçando com as falas das mulheres que pesquisaram historicamente nossos atos de resistência, bem como a violação de nossos corpos, como a injustiça da sociedade patriarcal faz com que naturalizemos nossas relações abusivas, que aceitemos o espaço que ocupamos historicamente e que, ainda assim, tudo esteja bem, em seu devido lugar. Nesse espaço, a fala é das mulheres acerca da sua luta cotidiana, que se constituíram ao longo de uma vida e encontraram maneiras de resistir abraçando umas às outras em seu espaço de trabalho. Inseridas ou não no ativismo, mas sempre na militância necessitando de sobrevivência, essas mulheres encontram todos os dias forças para seguir, encontram umas nas outras irmãs de luta e política e apoliticamente seguem lutando por dignidade e espaço. Que falem as mulheres!

Mediante o exposto, após falarmos sobre os capítulos, acrescentamos o fato de que essa dissertação traz o desejo da luta, resistência incorporada em meio a uma pandemia do vírus Covid-19, iniciada no Brasil no início do ano de 2020, em que a possibilidade das discussões e a situação mundial de políticas para saúde, economia e social passam a ser reavaliadas.

A pesquisa mostra-nos a diferença de classe social em que o capitalismo está acentuado, visto que enquanto a alguns é permitido estar em isolamento social, a outras

³ Alguns exemplos de mulheres silenciadas ao longo da nossa história: María Lejárraga (escritora), Fanny Mendelssohn (compositora), Rosalind Franklin (cientista), Maria Teresa León (escritora), entre outras tantas milhares de mulheres que tiveram suas vozes silenciadas.

classes não há possibilidades de tal privilégio⁴. Destacamos que o isolamento social é sim uma questão social, que as mulheres da cooperativa do lixão Santa Rita não possuem. As mulheres continuam e continuaram trabalhando para manutenção e equilíbrio do ambiente.

O que destacamos é que, considerando nosso lugar de privilégio em detrimento das outras, optamos por pausar a pesquisa durante os meses que sucederam o início da pandemia. Tendo em vista os prazos de pesquisa, do PPGEDU e cumprimento do tempo estabelecido para o término do mestrado, retornamos nossas atividades seis meses depois, em setembro de 2020. Reconhecemos nosso lugar de privilégio e nos solidarizamos com a luta das mulheres que ainda não ocupam esse espaço. A elas, sororidade.

Portanto, contar as histórias dessas mulheres hoje é contar esse espaço de trabalho, principalmente considerando o contexto de pandemia, em que muitas pessoas puderam realizar ou estão realizando o trabalho de forma remota, um momento em que são ocupados espaços de privilégio, menos exposto e correndo menos risco de contágio, é possível perceber que as relações de trabalho, capitalismo e classes estão atreladas a todos os determinantes na disputa da sobrevivência e nos dias atuais mais que nunca. Mediante o exposto, a pesquisa traz em sua essência a importância de cada uma das mulheres, muitas chefas de família, que deram início a cooperativa e estão lá, lutando umas pelas outras. Através de suas narrativas elas mostram que, ali, a discussão sobre temática da luta feminista no cotidiano vive na prática das mulheres catadoras. Longe do lugar de fala dessas mulheres, a teoria acadêmica tende a ficar na destinação dos resíduos.

Desde que começamos a pensar o Grupo de Pesquisa e Estudos Interdisciplinar Lélia Gonzalez, coordenado pela professora Amanda Motta Castro com diversas ações educativas, uma inquietação foi criada: a partir das nossas vivências e convivências, o grupo pode refletir sobre as pessoas que ocupam o espaço da academia e como precisamos fazer com que o acesso a este espaço seja ainda mais democrático, principalmente em universidades públicas. Enfatizamos a luta feminista vinda das classes populares e a cooperação das mulheres para que, de alguma forma, essa luta seja de todas, para todas.

O grupo de pesquisa nos proporciona um espaço coletivo, no qual podemos construir um diálogo crítico para reforçar nossos ideais de luta de forma ampla e com

⁴ Privilégio: Manter-se em isolamento social com a manutenção de sua renda e executando seus trabalhos de forma remota.

debates democráticos extramuros universitários, que no atual contexto social nos é muito raro. Isso amplia a nossa visão da sociedade e proporciona a minha pesquisa significativas contribuições, teóricas e trocas de vivências.

Sendo assim, nesse primeiro momento, tratamos de situar o contexto da pesquisa e como ela está dividida, bem como a minha própria história de vida, que me trouxe a esse espaço acadêmico e que me fez repensar o espaço de cada ser humano no mundo entre seus privilégios, ou não. O espaço da pesquisa é o espaço de luta, é aqui que nos encontramos com as mulheres e encontramos uma rede de pessoas que também tratam de promover esse debate. Pudemos observar isso no mapeamento das pesquisas.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo, discorreremos acerca dos processos metodológicos e como serão executados. A pesquisa é de caráter qualitativo, que vislumbra através de pressupostos metodológicos de história oral, compartilhar a vivência de mulheres por muito tempo silenciadas, analisando através de suas trajetórias as suas perspectivas de vida e seus cotidianos na rotina do trabalho com a catação de matérias recicláveis. “Sabe-se que independentemente das regras acadêmicas, todos os grupos tem explicações próprias que amparam sua personalidade comunitária. Reconhecer isso permite o direito de dizer-se” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 49). E ao contar suas memórias, essas mulheres possibilitaram pensar e repensar a rede de significados e a sua importância como trabalhadoras de uma cooperativa de reciclagem.

2.1. METODOLOGIA

A importância de buscar autoras e autores que corroboram com o pensamento diverso de estrutura metodológica para evitar o que chamamos de “monocultura do saber.” (ZITKOSKI, 2017, p. 18).

A ciência produzida segundo os cânones da lógica disciplinar foi padecendo de um excesso de certezas, da arrogância acadêmica e, portanto, da falta de diálogo entre as diferentes áreas e, também da ausência do diálogo entre as ciências e os demais saberes - popular, filosófico, místico, etc. (ZITKOSKI, 2017, p. 17).

Ainda sobre o tema, Jaime José Zitkoski (2017) recorre a conceitos de dialogicidade para destacar a construção do humano histórico. Ao dar espaço às palavras de fora do mundo (muro) acadêmico agimos como humanos em uma sociedade de comunhão, onde cada ser humano é fundamental na constituição histórica coletiva.

Conhecer as realidades sociais pelas mulheres entrevistadas e perceber o ambiente, o tempo em consonância com o projeto que foi elaborado no início da caminhada no Mestrado em Educação fez dos pressupostos da história oral uma escolha metodológica nessa dissertação. Compreender como as mulheres que trabalham com catação na cooperativa de reciclagem Santa Rita reconhecem suas identidades atreladas a esse mundo do trabalho exigiu além das entrevistas, reconhecer os espaços ocupados como parte indissociável para essa compreensão.

Pois ao propor entender as visões de mundo das mulheres catadoras dentro dos princípios da história oral, precisamos de “procedimentos e práticas diferentes, respeitáveis e legítimas, mas em outras chaves explicativas ou outras necessidades” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 13). Por isso, em respeito à situação que estão vivendo em meio a pandemia, optei por não fazer perguntas diretas sobre o tema, mas escutando caso fosse citado.

Assim, com o aprendizado do Grupo de Estudos Lélia Gonzalez, sobre relações sociais afetiva, teórica e políticas (RODRIGUES, 2020) e, pelo mesmo princípio metodológico de necessidade explicativa dentro da história oral, inclui um subcapítulo com notícias da internet sobre a pandemia e o impacto na vida dos catadores.

De acordo com Meihy (2000) ao trabalhar com história oral e memória possibilitamos que as mulheres envolvidas na pesquisa possam humanizar suas percepções de mundo, utilizando a fonte oral como recurso para que a memória revisitada possa demonstrar a narrativa e as experiências das envolvidas, para que possamos nessa pesquisa exibir o lugar ocupado por essas mulheres. Ainda Meihy:

Quando a memória é convocada para projetos que tratam aspectos da localização dos indivíduos na sociedade, seus enquadramentos são concebidos como filtros que conduzem a narrativa das experiências. Assim, pode-se relacionar a existência da memória segundo condição do trabalho, saúde, orientação sexual ou outra manifestação que organize a leitura dos fatos relevantes para vida. (MEIH, 2000, p.57)

Salientamos aqui que a narrativa (história contada) é uma seleção de fatos e impressões que são elencados pelas mulheres da pesquisa, mesmo com perguntas norteadoras, elencaram as memórias julgadas como pertinentes ao processo e ao momento que vivenciam. Sendo essa pesquisa de caráter qualitativo, destacamos Nogueira (2017) que aponta para ao tipo de trabalho a ser realizado, ou seja, por meio de várias entrevistas não diretivas com gravação ou não, o relato de história da vida de alguém que a ela se conta. Portanto, destacamos:

Nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história de vida é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo. Ao fim da escuta, todo o material é transcrito e discutido entre o sujeito participante e o pesquisador, que, a partir de então, fará um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que ajudarão a tentar responder suas questões de pesquisa. (NOGUEIRA, 2017, p. 468)

Dentro da técnica de entrevista, Alberti (2019) destaca que é preciso saber ouvir, pois a entrevista é um documento entre os envolvidos - entrevistada e entrevistadora – e

também de memória. Documento de ação onde a narrativa não é mero rememorar o passado, ela é a interpretação do entrevistado e entrevistador para as respostas às questões da pesquisa. Nesse ato, transformador do passado, toma-se o exemplo da história oral coletiva que, embora seja um fato social, quem conta - o narrador - quando pertencente ao grupo envolvido insere sentimentos a ação interpretativa.

Embora a memória coletiva seja um documento, sua validação se dá no individual, onde o entrevistado tem “valor” ao tencionar o sentimento do coletivo. A história oral, vinda da memória de indivíduos silenciados dá valor à história coletiva, seja incorporando-a ou rejeitando-a. Não se deve polarizar tipos, nem rejeitar alguma história, temos que ouvi-las como multiplicidades de narrativas. Dessa forma, a riqueza da história oral é “incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado” (ALBERTI, 2019, p. 42).

Escolhi como metodologia a história oral para estar entre essas mulheres, partilhar saberes com elas e proporcionar a escuta das diferentes histórias de vivências. Tendo em vista os pressupostos da educação popular, nos quais todos os saberes são importantes e, segundo Brandão (2012), através da oralidade a constituição da sua identidade e do seu reconhecimento e pertencimento ao mundo em que está inserido.

Vejo nas histórias dessas mulheres catadoras que o feminismo “é reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram” (VÈRGES, 2020, p. 35). A pesquisa pretende proporcionar que essas mulheres falem sobre suas histórias e perspectivas de vida, sua visão de mundo, o quanto suas vidas estão atreladas ao trabalho da catação de resíduos e o quanto esses marcadores sociais proporcionam suas expectativas e sonhos de vida.

Assim, falaremos um pouco sobre o lixão e o histórico na cidade de Rio Grande, mas além de informações espaciais apresentamos os desdobramentos que fazem de um local destinado ao que é descartado por muitos, tornar-se um lugar de construções de meios de vida. Espaço que traz sustento econômico, formação coletiva de um grupo profissional por vezes invisível como as catadoras, sendo que esse é o lugar onde as mulheres vivenciam suas experiências profissionais e pessoais.

Vergès nos mostra e permite compreender ao longo de seus escritos que: “esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas.” (VERGÈS, 2020, p. 24).

Penso que estar entre mulheres que lutam diariamente para a sua sobrevivência e encontram como forma para seu sustento a catação, é proporcionar aqui um lugar de fala que Freire (2014) chamava de sonho possível, sonhos de natureza ética e política. Proporcionar que essas mulheres tragam suas perspectivas de vida, seus sonhos e suas demandas mostra o quanto o espaço do lixão pode ser carregado de sentido para elas e sua identidade.

Assim, para melhor atender a complexidade da pesquisa, ela está pautada em um estudo qualitativo através de princípios da história oral, utilizando as técnicas de entrevista semiestruturada e diário de campo e, através dessas técnicas, proporcionar um espaço de reflexão e discussão da ótica do processo de construção identitária das mulheres que trabalham com catação de resíduos na cooperativa Santa Rita, buscamos uma metodologia que conseguisse dar conta desse universo de vozes silenciadas pelo estigma da catação.

Santos (2000) nos permite refletir que quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, também nos transmite emoções e vivências que podem ser compartilhadas. Concomitante a isso, através da ideia de que relatar as memórias constituidoras de vida e de sobrevivência no mundo do trabalho, vivenciado na precarização do processo informal que é constituída a catação de materiais recicláveis, essas mulheres fazem com que suas histórias sejam relatadas, proporcionando aproximação com seu cotidiano.

Em vista disso, utilizaremos uma entrevista semiestruturada para organizar a narrativa. De acordo com Santos (2000), ao narrar a própria história instaura-se um campo de negociação e reivindicação identitária onde a narradora tem a liberdade de dispor de um repertório de episódios, cenários, personagens. Portanto, para que possamos dar conta de responder o problema de pesquisa através da narrativa, faz-se necessário delimitar através da entrevista o que será narrado pelas sujeitas que se mostram ansiosas para falar sobre si.

2.2. LUGAR DE PESQUISA E A HISTÓRIA DO LIXÃO

Sensibilizada com a história de Carolina de Jesus e com a ideia de ocupar outros espaços de discussão das temáticas relacionadas ao feminismo, compreendendo a lógica de exclusão do sistema capitalista que estamos inseridos, surgiu o primeiro contato com

as mulheres que trabalham com catação de resíduos recicláveis na Cooperativa de Reciclagem e defesa do Meio Ambiente Santa Rita, conhecida popularmente como “cooperativa do lixão”, isso porque sua sede era localizada junto ao antigo lixão da cidade de Rio Grande, extremo sul do Rio Grande do Sul, que hoje encontra-se desativado. A cooperativa ganhou um espaço fora das dependências do lixão, mas ainda fica localizada na periferia da cidade, no Bairro Augusto dos Anjos.

O lixão é o ponto inicial para compreendermos o encontro dessas mulheres até a criação da cooperativa. Esse espaço é marcado por muitas histórias de resistência e sobrevivência. Salientamos que esse deixou de ser utilizado em novembro de 2009, passando o descarte de resíduos sólidos ao aterro sanitário, e os materiais reciclados nas sedes das cooperativas de reciclagem da cidade.

Há muito tempo, a cidade do Rio Grande se utiliza de lixões, para a destinação final dos resíduos sólidos que restam das atividades urbanas. Naqueles locais são lançadas todas as formas concebíveis de resíduos, como lixo domiciliar, comercial, industrial, hospitalar e outros, provenientes de atividades típicas da cidade, indiscriminadamente. (OLIVEIRA, 1992, p. 57)

Como destacamos acima, o funcionamento desse espaço ocorreu até 2009, isso porque em 2002 ocorreu um grave acidente com um catador, o que levou o poder público a tomar uma decisão conforme destaca Damasceno:

No município de Rio Grande / RS somente após uma matéria divulgada a nível nacional e dois acidentes graves, inclusive um deles levando a vítima ao óbito, é que a prefeitura municipal, devidamente pressionada pelo ministério público, resolveu tomar a melhor medida política para o caso: fechar o lixão e empregar cerca de 200 catadores temporariamente no serviço público para realização de diversos trabalhos. Uma medida imediatista, como várias das decisões políticas, mas que pode ser utilizada a favor de algo muito maior que é a verdadeira promoção social desses indivíduos. Contudo, o processo de promoção social passa pelo conhecimento aprofundado sobre as principais características que envolvem as condições de vida dos catadores para somente a partir daí estudar as maneiras de facilitar a sua transição para uma vida fora do lixão (DAMASCENO; EMENDOERFFER, 2004, p. 631)

Como as ordens para fechar o espaço de catação fazia parte de uma medida provisória política que viabilizou minimizar os impactos sociais e políticos e a partir de uma manifestação do Ministério Público, como penalização, foi instituída a criação de um centro de triagem de matérias recicláveis possibilitando melhor a separação. Ainda podemos ressaltar que nesse ambiente da catação a situação de vulnerabilidade social e a busca pela sobrevivência faz com que várias mulheres passem os seus dias em meio a resíduos, muitas vezes não só buscando o material para reciclar ou vender, mas também

o material que elas darão forma em suas casas, material que as fará adentrar, mesmo que de forma precária, no mundo da leitura e educação formal – os livros – e, para algumas o próprio alimento. Aprofundando essa perspectiva conseguimos perceber, como destaca Farias:

Todavia, quando se aprofunda a discussão e adentra a realidade da reciclagem aqui, percebe-se que esse processo industrial implica inúmeros problemas de ordem social, cultural, econômica e política. Um bom exemplo são os catadores de material reciclável, que atuam na base da cadeia produtiva da reciclagem. Trabalhando no setor da limpeza pública urbana, mais especificamente na gestão dos recicláveis, geram benefícios ambientais para a sociedade e a natureza, mas, contraditoriamente, enfrentam graves problemas econômicos (a pobreza) e graves dificuldades sociais (a exclusão), porque sua atividade que não é valorizada e tampouco remunerada, o que resulta em injustiça ambiental: “o catador tem desempenho fundamental, tanto para sociedade quanto para o meio ambiente, mas que infelizmente ele não tem o seu devido reconhecimento, tanto pela sociedade, como pelo poder público” (FARIAS, 2019, p. 283)

O lixo que para uma parcela da sociedade é apenas o descarte do que não serve mais e que não há mais utilidade, para outra parcela significativa ele é transformado e ressignificado para constituir a renda básica da família e até mesmo construir seu lar, o que faz com que os catadores tenham uma dependência social do lixão. Social, pois, conforme Santos (2013, p. 18) “a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social”.

Com relação a serem mulheres, a fala de Vergès é de suma importância para que possamos refletir acerca desse trabalho:

Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos e vidas descartáveis. A indústria da limpeza é uma indústria perigosa para a saúde, em todos os lugares e para aquelas e aqueles que nela trabalham. Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos. (VERGÈS, 2020, p. 25)

E muitos sobrevivem desse lixo. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 800 mil pessoas ocupam-se da catação. Destaca-se que não estão inclusos aqueles catadores que não tem residência fixa, visto que o IBGE contabiliza apenas aqueles com domicílios, existem ainda milhares de catadoras e catadores que sobrevivem da catação e estão ocupando espaços em lixões pelo país.

Ressaltamos aqui que 70% dessas pessoas que se ocupam da catação, são mulheres e na sua grande maioria responsáveis pelo sustento da prole, e são essas

mulheres que dão conta da coleta e separação de 90% dos resíduos sólidos produzidos no Brasil, como mostra o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR):

O IPEA admite que o número total de catadores pode ser bem maior, uma vez que o Censo considera apenas o que declara o entrevistado, por ser uma profissão ainda pouco valorizada e ainda nova no mercado, uma parte dos trabalhadores não se assumem como profissionais. Os catadores e catadoras que vivem em situação de rua são invisíveis aos olhos técnicos do IBGE. Como a pesquisa Censo conta as pessoas por domicílio, as pessoas sem teto ou moradores em áreas irregulares não são contabilizados. Isso inclui, ou exclui, os catadores que trabalham e moram em lixões a céu aberto, realidade presente em todo o território nacional e destino certo de 60% dos resíduos gerados hoje no Brasil. (MNCR, 2017, s.p.)

Conforme apontado nos dados, as mulheres são a maioria nesse ambiente de catação, e mesmo o número sendo elevado tem-se aqui apenas um panorama baseado nos dados divulgados de 2014 e postados no *site* em 2017, haja vista que são os últimos dados divulgados, podendo esse número ter sido elevado devido às mudanças socioeconômicas que ocorreram nos últimos anos no nosso país. Utilizamos, portanto, como base os dados publicados no MNCR.

Um estudo realizado em Rio Grande/RS mostrou dados que não fogem a essa realidade, principalmente no que tange a escolaridade e a renda dos catadores. Cerca de 67,5% não completaram o ensino fundamental e o motivo de não terem estudado, segundo os catadores, foi à necessidade de trabalhar e gerar renda para o sustento da família. A baixa escolaridade parece ser uma constante entre essa população, mas como cobrar de uma pessoa interesse em dedicar-se aos estudos quando a realidade que possuem mal permite que elas saiam do lixão para poder vender aquilo que cataram durante horas? E que comportamento terá uma criança que tem de dividir o seu tempo entre a escola e a catação? É do conhecimento de todos os benefícios da atuação de programas sociais que retiram as crianças do lixão e de certa forma promovem não apenas assistencialmente as famílias dessas crianças como permitem o desenvolvimento da vida escolar dessas vítimas dos efeitos da exclusão. (FARIAS; VERDUM, 2016, p. 311)

Sendo assim, considerando os dados divulgados a nível nacional, após reflexão em escala macro (nacional) nos atemos a essa parcela da população que se ocupa da catação, mais especificamente no extremo sul do Rio Grande do Sul, em Rio Grande. Destacamos aqui estudos feitos em 2012 que nos mostram um panorama da população que se ocupa da catação, e reforça que há um grande número de mulheres que se ocupam da coleta e separação, algumas passam a participar das unidades triagens, as cooperativas. Como mostra Amaro e Verdum:

Quanto ao perfil dos/as trabalhadores/as que atuam nas unidades de triagem, em 2012 eram 42 catadores atuantes, sendo 24 mulheres e 18 homens. As mulheres variavam entre 19 e 68 anos, e os homens entre os 20 e os 75 anos, sendo que 14 dessas pessoas possuíam idade igual ou superior a 50 anos. Sobre

a ocupação que cada indivíduo possuía antes de ingressar nas unidades de triagem, alguns homens atuavam como catadores independentes, outros nas safras do camarão e da cebola (dois ciclos produtivos típicos da região). Há também aqueles que trabalhavam na construção civil e outros que viviam de serviços temporários. Já no caso das mulheres, algumas eram catadoras independentes, outras assumiam a condição de donas de casa ou eram diaristas. Isso permite concluir que grande parte dessas pessoas eram, e continuam, trabalhadores/as essencialmente do mercado informal de trabalho. (AMARO; VERDUN, 2016, p. 316)

Ainda hoje, quando consideramos as últimas pesquisas e informações encontradas, observamos que as mulheres estão em maior número nesse contexto de cooperativa de triagem.

As catadoras, em muitos casos arrimos de família, são verdadeiras lideranças comunitárias que agregam, conciliam e organizam outros trabalhadores em seu entorno. A função de administradora familiar vai de encontro com a necessidade das organizações autogestionárias (cooperativas e associações) que hoje vem sendo incluídas formalmente nas políticas públicas e fomentadas pelos Governos. É recorrente a atuação das mulheres do trabalho de triagem e classificação dos materiais, trabalho que é considerado núcleo principal do processo produtivo das organizações de catadores, por isso também é a função que recebe maior pressão interna dentro do empreendimento, além de ser uma atividade pouco valorizada frente a funções consideradas “mais pesadas” como a operação de maquinário, deslocamento, carregamento e transporte de materiais funções consideradas masculinas. É recorrente observar o trabalho feminino sendo pago com valores inferiores aos dos homens. (MNCR, 2017, s.p.)

Para melhor apresentarmos o contexto, a seguir, a vista do bairro em que a cooperativa está localizada:

Figura 1– Bairro Augusto dos Anjos

(A – Antigo lixão; B – Nova sede da cooperativa)



Fonte: Google maps

O bairro Augusto dos Anjos abriga hoje uma população de entorno de 235 famílias em situação de vulnerabilidade social, em posses de terras, sem esgoto, sem água e luz elétrica distribuída de forma correta. Algumas das mulheres desenvolvem atividades na cooperativa são moradoras desse bairro ou moradoras dos bairros do arredor, como Castelo, Santa Rosa e principalmente do Bairro Santa Rita, local onde começou a ideia e a organização da cooperativa.

Com auxílio de professores da FURG, foi organizado um mapeamento dos catadores que moravam na comunidade Santa Rita, e que se ocupavam da catação de lixo, aproveitando de uma compensação ambiental que deveria ser feita pela empresa responsável pela coleta de resíduos. Foi instalada no mesmo espaço do antigo lixão a cooperativa de Reciclagem de defesa do meio ambiente Santa Rita, fundada em julho de 2012, conforme narrou uma das fundadoras em uma das nossas conversas.

As Cooperativas surgiram como alternativa ao sistema capitalista, pessoas juntas por um objetivo, dividindo equitativamente seus “frutos”. No Brasil as cooperativas iniciaram como auxílio para financiamento da agricultura. Hoje a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) divide em sete os ramos de cooperativas. No total, 6,2% dos brasileiros são associados a Cooperativas, no Rio Grande do Sul o número sobe para 24,8 %. (OCB, 2019, s.p.).

Cabe destacar que a formação do bairro entorno do lixão, no qual a cooperativa está situada, deu-se após o esse estar consolidado no local. Não há fontes que caracterizem a formação da comunidade de pessoas que foram para áreas próximas ao depósito do material para ficarem mais perto e desse lugar tirarem o seu sustento. Vislumbrando buscar o sustento das suas famílias, trabalhar com material reciclável tornou-se uma maneira viável de gerar renda e sustento para suas famílias.

Figura 2– Cooperativa Santa Rita

Fonte: acervo da autora (2019)

Tivemos alguns momentos de ida ao campo da pesquisa, ou seja, até cooperativa, na qual as mulheres sempre mostravam em conversas o desejo de narrar suas histórias, o que as constituíam como mulheres naquele espaço e também em suas vidas fora da cooperativa, demonstrando assim a vontade de que suas histórias sejam publicadas, bem como seus nomes, afinal quem separa o “lixo” tem nome e tem história. Portanto, a pesquisa parte da perspectiva das mulheres que trabalham nesse espaço e, além disso, vislumbra falar sobre o feminismo para todas, o feminismo extramuros.

Dessa forma, percebendo o mundo e o simbolismo que se apresenta para essas mulheres catadoras, que através de suas falas proporcionaram, e acreditamos que ainda proporcionarão, uma reflexão sobre suas vidas e trabalho, a construção de suas identidades enquanto mulheres e o reconhecimento de seus esforços e trabalho, propondo o diálogo direto como troca de saberes. Possibilitando o que Freire (2005) nos mostra como materialização da linguagem, a mediação entre os sujeitos e o mundo dessas mulheres e tudo que rege como suas angústias, vivências, propiciando um pensar e (re)pensar sobre tudo o que as rodeiam, assim proporcionando um espaço de reflexão.

2.3 LIXO E SEUS DESDOBRAMENTOS: BUSCANDO DIÁRIOS DE OUTRAS BITITAS

“Os pobres moravam num terreno da Câmara: O Patrimônio. Não tinha água. Mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água. Nós morávamos num terreno que o vovô comprou do mestre, um professor que tinha uma escola particular. O preço do terreno foi cinquenta mil-réis. O vovô dizia que não queria morrer e deixar seus filhos ao relento.”
Carolina Maria de Jesus –Diário de Bitita

No Diário de Bitita (1986), Carolina Maria de Jesus descreve de uma forma muito simples seu cotidiano de mulher negra, pobre e moradora da periferia. Em seus escritos, expressa a visão de mundo e também o papel histórico de uma imensa parcela da população oprimida do Brasil.

Seguindo a lógica da necessidade apresentada por essas vozes que, por muitas vezes não são ouvidas, necessitamos que outras Bititas ocupem os espaços e narrem suas vivências. Para que possamos compreender a perspectiva antropológica, Geertz (2008) que em suas pesquisas mostra a necessidade de estudos que levem em consideração análises culturais, as concepções de vida, as realidades econômicas e políticas, ainda nos aponta que:

Olhar as dimensões simbólicas da ação social - arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum - não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram - apascentando outros carneiros em outros vales - e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que homem falou (GEERTZ, 2008, p. 27)

Nesse sentido, essa pesquisa foi desenvolvida no Instituto de Educação, para levar discussão além das propostas na área de educação ambiental relacionadas a resíduos, descartes, reciclagem e economia solidária, pois ao contrário do que se pode observar nas propostas já realizadas com catadores, assim como observamos ao realizar o mapeamento no banco de teses da CAPES, essa pesquisa registra e sistematiza as vozes de muitas histórias e identidades construídas ou desconstruídas no lixão, principalmente considerando o recorte de gênero, raça e classe.

Para tanto, proporcionamos nesse espaço um recorte das narrativas dessas mulheres. É nesse sentido que a fala das participantes da pesquisa retrata a fala de cada uma de nós, que por muito tempo fomos silenciadas pelos detentores do poder na ordem das bicadas (SAFFIOTI, 1986) que tendem silenciar a classe subalterna.

Essas vozes tem muito a nos dizer e ensinar. Elas não precisam que alguém fale por elas, não precisamos dar a elas vozes, precisamos ouvi-las. Assumimos o compromisso de ouvir essas múltiplas histórias, o relato contado por mulheres, escrito por mulheres e caminhando contra o nosso apagamento histórico.

Assim assumimos o compromisso social e político, vislumbramos proporcionar que essas vozes sejam ouvidas, que ecoem por todos os espaços. Muitas são as pesquisas que narram a forma de vida dessa camada da sociedade, porém poucas proporcionam que seus brados sejam realmente ouvidos, assim tendo seu lugar de fala. Gonzalez (1984) mostra a perspectiva do lugar de fala ao destacar o risco e assumir o seu espaço:

E o risco que assumimos aqui é todo ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido, falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos a própria fala (GONZALEZ, 1984, p. 225)

Faz-se necessário observar e compreender a lógica de organização dessas mulheres. Gebera (2000) afirma que a mudança vem da organização das pessoas e suas reivindicações coletivas, que acabam por proporcionar às envolvidas uma forma de movimentar-se no sentido que aponta a autora, do movimento ser a mobilidade dentro do campo social.

Assim, o campo social proposto entre os materiais recicláveis visto por uma parcela da sociedade como lixo, mas para outra parcela, tratamos nesse momento, diretamente com as catadoras, como sustento e uma forma de salvar o ambiente nos traz atrizes sociais tornadas invisíveis por conta de suas atividades. Podemos pensar que aqui temos uma mobilidade social e uma mobilidade feminina que Gebara (2000) aponta, ao pensarmos a mobilidade da senzala feminina. Em suma, nós, enquanto mulheres estamos em processo constante de mobilidade, ao tentarmos nos incluir cotidianamente no mundo do trabalho e garantir com dignidade espaços sociais e políticos. De acordo com apontamentos da autora, podemos compreender que:

A senzala aqui, embora seja um termo inspirado pela escravidão africana no Brasil, é uma metáfora para expressar a prisão ou a prisão móvel que muitas mulheres carregam. É prisão imposta pela cultura da pobreza e da dependência. É prisão da condição humana acentuada pelos mecanismos de uma sociedade construída sobre a injustiça e a exclusão. (GEBARA, 2000, p.17)

Em vista disso, o presente trabalho representa e apresenta uma parcela de mulheres excluídas socialmente e que tem suas vozes silenciadas pelo preconceito do

espaço, pela ordem das bicadas, e ainda acrescentamos como Gebara (2000) se refere à senzala feminina, onde estamos a todo o momento nos movimentando. Vilma Piedade (2017) nos lembra que a ligação entre mulheres têm força, entre mulheres não brancas, mulheres negras essa ligação vem com dor, uma dor que força o silêncio e mantém um vazio no ventre, traz para nós o conceito de dororidade.

Falar de mulheres, sobre mulheres... Ou melhor, proporcionar uma pesquisa na qual construímos juntas o lugar de fala para mulheres e suas invisibilidades, é proporcionar que as nossas ancestrais estejam presentes nesse processo, pois muitas que me antecederam desejaram estar em um lugar emancipatório, promovendo a escuta e o relato de vozes por muito silenciada. As mulheres são silenciadas por muito tempo, quando retratadas segundo Perrot (2005) são vociferantes, megeras, a partir do momento que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular.

E, corroborando com a fala de Saffioti (2014), quando nos traz a importância de envolvermos todas e todos nessa luta, no movimento contrário de que nos foi estabelecido socialmente, nos levando a confrontar nosso apagamento histórico, caminhamos em sentido reverso as ordens patriarcais, que por muito tempo determinou o que poderíamos ou não fazer e nos silenciou e silencia brutalmente.

Proponho uma reflexão sobre as relações das mulheres que estão inseridas nesse espaço denominado formalmente por cooperativa. Nesse local onde estão presentes predominantemente trinta e três (33) mulheres, composta apenas por seis (6) homens, aponta na sua relação aspectos de grande valia aos estudos feministas, visto que as relações e os laços que estão colocados nas vivências proporcionam a possibilidade de experimentarem aspectos que nos deslumbramos e lutamos diariamente.

Dessa forma, acreditamos que ao retratarmos o campo das mulheres da pesquisa, proporcionamos a visibilidade dessas mulheres que tem o desejo de contar suas histórias. Assim como no livro de Carolina Maria de Jesus (1967), onde desde a apresentação é colocado o papel da mulher pobre e trabalhadora como participante-ativa de seu tempo e de sua história, essa pesquisa quer ouvir e ver essas mulheres.

Inspirando-nos no Diário de Bitita (1967), colocamos ao longo desse trabalho uma fotografia de cada uma das mulheres que compõem essa pesquisa, além de fotografias vista anteriormente por elas, em especial, destacamos a construção da casa de uma delas por suas próprias mãos. Cada uma terá seu espaço, que não necessariamente possa coincidir com o relatado, pois segue uma lógica única que, segundo Barbieri, responde um esforço para situar coerentemente sua história de forma significativa para a própria

pessoa. “*El pasado biográfico enlazala vida individual, la história de vida intergeneracional y la historia de vida colectiva*” (BARBIERI, 2008, p. 69).

Segundo Santos (2000), essas técnicas são bastante utilizadas para se conhecer mesmo que parcialmente os processos sociais das sujeitas nele inseridas. Assim ao contarem suas histórias, elas tendem a construir uma história coletiva nas narrativas que as constituíram parte daquele grupo e como elas se veem nesse ambiente de catação.

Por se tratar de uma pesquisa de mestrado e considerando o contexto de pandemia no qual a pesquisa foi realizada e finalizada, delimitamos a participação de três (3) mulheres para realização da pesquisa, utilizando como categoria de seleção as mulheres que trabalham desde o início da formação da cooperativa. Ainda por se tratar de um trabalho que mostra e sistematiza a história das mulheres, utilizaremos, com seus consentimentos, seus nomes reais e suas imagens, pois buscaremos divulgar essas histórias que surgem no meio desse material reciclável e atendendo um desejo expresso por elas.

Proporcionar esse espaço, para ouvir as vozes silenciadas que muito tem a nos dizer, é o principal sentido desse projeto, partindo do que apontamos no início da discussão de um feminismo que vá além do acadêmico. O lugar de fala para as mulheres que se encontram na catação é quando a escuta é oportunizada por aqueles que se dispõem por meio do diálogo ouvir suas muitas histórias, assim realçando suas identidades e suas percepções de mundo. Com isso criamos mecanismos que desmistificam o espaço que é tão estigmatizado, o espaço de catadora de material reciclado.

Um combate a toda espécie de preconceito, desconstrução da estrutura patriarcal que subalterniza, alija e nos faz naturalizar as formas de opressões presentes em nosso cotidiano, principalmente que possa existir em torno da atividade de catador, de mulheres catadoras de resíduos recicláveis. Pela lógica da exclusão da mulher, presente na sociedade patriarcal e pelo tipo de atividade exercida por elas, a catação, corroboramos com a fala de Saffioti, que irá afirmar que:

As mulheres são amputadas, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. (SAFFIOTI, 2004, p. 37)

Nesse contexto, as mulheres não foram ensinadas nem incentivadas a serem provedoras de seus lares, nem mesmo para ocupar espaço no mundo do trabalho. Foi a partir de muita luta, muita resistência e insistência de que somos mais do que cuidadoras

de nossos lares, que somos mais do que as propagadoras do amor materno. Seguindo essa lógica, as mulheres pobres acabam por ocupar espaços subalternos e periféricos no mundo capitalista. Para Vergès “o trabalho há tanto tempo exercido pelas mulheres - o trabalho de “limpeza” - é indispensável para a perpetuação da sociedade patriarcal e capitalista.” (2020, p. 134). Esse trabalho é invisível dentro da sociedade e essa prática se perpetua até os nossos dias.

E na visão da autora, o processo de limpeza e cuidado atribuído majoritariamente às mulheres é uma construção do patriarcado que separa o mundo entre sujeira e limpeza. Essa separação social baseia-se no indivíduo que suja usufruir da limpeza e do outro lado “há uma humanidade se dedicando a fazer um trabalho invisível e superexplorado para criar um mundo adequado ao consumo e a vida institucional” (VERGÈS, 2020, p. 127). Cabendo ao feminismo trazer essas experiências vivenciadas das vozes silenciadas e, ao mesmo tempo, denunciar a estrutura social, política, econômica.

Dessa forma, tornar um espaço para fala de mulheres estigmatizadas pelos marcadores de classe, gênero e raça, é proporcionar a todas nossas ancestrais um momento de escuta, e, proporcionar que as narrativas de mulheres subalternizadas pela opressão patriarcal ecoem num processo formativo e histórico social.

3. PATRIARCADO, TRABALHO E MULHERES

Neste capítulo discutimos sobre a lógica patriarcal e o sistema de trabalho no mundo capitalista, que acaba gerando novas formas de subsistência da população mais pobre. E, nesse contexto, estão inseridas as mulheres periféricas, provedoras do sustento de uma família. Na compreensão de uma lógica capitalista que utiliza as mulheres desde sempre para servir ao sistema patriarcal, seja no trabalho do lar ou não, sendo o do lar tido como invisível mas indispensável para sustentar o capitalismo.

3.1 MULHERES E PATRIARCADO

*O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.
Art. 233, Código Civil Brasileiro de 1916.*

Desconsiderar o modo estruturador do patriarcado significa furtar do debate de libertação e emancipação feminina o próprio contexto de suas opressões mais profundas: “Colocar o nome da dominação masculina - patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração.” (SAFFIOTI, 1987, p. 49).

Entendemos que o patriarcado designa a formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais, simplesmente o poder é dos homens, brancos e héteros. Nessa lógica, o patriarcado pode ser compreendido, segundo Saffioti:

A subordinação da mulher ao homem, contudo, não existe tão somente no terreno político. Ela é marcante no campo econômico. Deixando de lado as ocupações oferecidas pelo sistema de produção capitalista, que já mereceram comentários, a presença da mulher é relativamente maior que o da masculina nas atividades não estruturadas segundo o modelo do capitalismo, no segmento comumente conhecido como mercado informal. (SAFFIOTI, 1987, p. 49)

Um dos elementos nucleares da sociedade patriarcal é restringir a participação das mulheres na vida política, acadêmica, cultural e social, de tal maneira que definia e delimitava o lugar e o papel das mulheres na sociedade. Biroli (2018) aponta que as famílias não se organizaram hoje como se organizavam há algumas décadas. poucas décadas, nem mesmo no que diz respeito à participação das mulheres na renda familiar. Significando que mesmo com uma luta constante das mulheres para ocuparem diversos lugares no mundo trabalho ainda há demarcado pela ordem patriarcal o papel do que é de mulher e o que é de homem.

Sendo assim, Biroli (2018) enfatiza que:

Os valores e os sentidos atribuídos ao feminino e ao masculino também não permaneceram os mesmos. Mas meninas e mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. A gratuidade do trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico foi definida como cerne do patriarcado, exploração matriz, que torna possíveis outras formas de exploração. Daí a compreensão de que na família, na nossa sociedade, as mulheres são dominadas para que seu trabalho possa ser explorado e seu trabalho é explorado. (BIROLI, 2019, p. 66)

Com efeito, salientamos que, segundo Saffioti (1987), na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual. (CAETANO, CASTRO, 2018, 2019).

Estigmatizadas e com um futuro já traçado, restava-lhe desenvolver os ensinamentos da melhor forma possível. Distanciadas da vida política e dos direitos, a mulher era então excluída da vida social, de qualquer função política e religiosa. Era considerada como invisível, pois não havia representatividade alguma, além de que, a grande maioria era analfabeta e subordinada juridicamente ao homem (LUZ; FUCHINA, 2009, p. 6).

Entre a história e a etimologia Hirata e Zarifian (2003) apresentam a questão de troca de tempo, onde a tarefa e a força de trabalho negociam, dentro do ofício assalariado, uma troca de tempo por um valor monetário.

Esse trabalho moderno, disfarçado sob a expressão “atividade que pode ser objetificada”, é considerado desde então na relação salarial nascente, porque ele se desenrola em torno da questão doravante central, que é a apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista. A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 66)

Portanto, uma sociedade estruturalmente machista tende a nos excluir enquanto protagonistas de nossas próprias histórias, nos excluir do âmbito público e afirmar que o nosso espaço é o espaço do lar. Falar sobre a estrutura da sociedade é uma forma de colocar o dedo na ferida dos homens que ocupam o poder e não poupam esforços para que se mantenham lá.

O que buscamos, nesse ponto do trabalho é situarmos os leitores sobre a estrutura que rege os nossos espaços e como ao longo da história fomos impedidas de fazermos nossos próprios registros. Mas, resistirmos, denunciarmos, fomos e somos vistas como loucas quando tentamos romper essa estrutura. Falar sobre a sociedade patriarcal é uma forma de denunciar os abusos cometidos por elas, principalmente a violação de nossos corpos e a nossa subalternização, sobretudo sobre os corpos das mulheres negras.

O trabalho no tempo moderno teria duas grandes definições. Hirata e Zarifian (2003) lembram, apresentando a primeira definição, que muito se caracterizou o ofício como a naturalização da potência do ser humano sobre a natureza quando esse, o sujeito, modifica através do trabalho alguma matéria transformando-a em algo útil. A segunda definição traria as relações sociais de troca à transformação da matéria em trabalho. Essas duas definições ainda não seriam corretas, pois não há troca entre senhor e escravizado ou operário e capitalista (HIRATA; ZARIFIAN, 2003).

Federici destaca que nós mulheres sofremos com a exploração do nosso trabalho desde muito tempo:

La caza de brujas fue un evento fundante de la sociedad moderna que permitió generar muchas de sus estructuras, como la división sexual del trabajo, la desvalorización del trabajo femenino y, sobre todo, la desvalorización de las mujeres en términos generales, al crear y expandir la ideología de que las mujeres no son seres completamente humanos, sino seres sin razón, que pueden ser más fácilmente seducidas por el demonio, etc. En este sentido, abrió la puerta a nuevas formas de explotación del trabajo femenino. (FEDERICI, 2018, p.16)

Assim podemos reafirmar que o patriarcado e o capitalismo sempre andam juntos e inclinam-se a explorar as mulheres, tendendo a oprimi-las e explorá-las de todas as formas possíveis, principalmente quando falamos acerca dos trabalhos invisibilizados, mas que fazem o capitalismo se movimentar.

Movimento esse que vem por meio dos esforços de nós, mulheres, para manter desde sempre os cuidados da casa, os quais nos foram atribuídos socialmente e ensinado como uma forma de ser parte daquilo que nos define enquanto mulheres, e que, por muitas vezes, acaba sendo esquecido e, ignora-se o fato de que caso não seja feito, dificultaria a manutenção do capitalismo.

Conforme nos aponta Federici (2019), nós, mulheres, desde sempre estivemos presentes no processo do capital de forma invisível, sendo essa a chave dos questionamentos da autora, pois sempre estivemos presentes na construção e manutenção da história, como Marx aponta em suas discussões, o trabalho do cuidado com o lar:

Está claro desde Marx que o capital constrói seu domínio e se desenvolve por meio do salário, isto é, que a fundação da sociedade capitalista foi o trabalhador e a trabalhadora assalariada e sua exploração direta. O que não está claro nem tem sido visto como pressuposto entre as organizações dos movimentos da classe trabalhadora é precisamente o fato e que é por meio do salário que se organiza a exploração do trabalho não assalariado. Essa exploração tem sido especialmente eficaz porque a ausência de salário a escondeu... no que se refere as mulheres, seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital. (FEDERICI, 2019, p.62)

Conforme destacado anteriormente a partir das falas de Federeci (2019) o trabalho do lar, considerado tarefa feminina, foi e ainda é considerado algo externo ao capital, necessitando sempre a ampliação desse discurso, visto que nós sempre acabamos por ficar à mercê desse capital e do patriarcado, que caminham juntos sempre nos oprimindo. O patriarcado, conforme destacaremos a seguir, é o contrato social que prevalece nas relações sociais entre homens e mulheres, apontado por Saffioti:

Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo este raciocínio o patriarcado não diz respeito ao mundo público, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o estado. (SAFFIOTI, 2015, p.57)

E toda essa impregnação do patriarcado recai sobre as relações homem, mulher e a divisão sexual do trabalho, caracterizando o que deve ou não ser feito por nós, mulheres, e, nessas regras caracterizam a diminuição de nossos salários, como justificativa para que sejamos excluídas de diversas demandas de nossa sociedade, que tenhamos e aceitemos o nosso trabalho de forma inferiorizada.

Para tanto, o patriarcado por muitas décadas define nosso papel social e econômico, e segue até os dias atuais tentando definir o que podemos ou não fazer e como devemos nos comportar, no sentido de domesticação de nós mulheres, o que nos parece distante, quando pensamos em todas as conquistas das lutas feministas. Ainda assim, necessitamos dar conta de uma grande parcela de tarefas para sermos consideradas mulheres. Destacamos, ainda a fala de Safioti:

Neste regime as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres também como grupo envolve a prestação de serviços sexuais aos seus dominadores. Esta soma /mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. (SAFFIOTI, 2015, p. 112)

Sendo assim, o que podemos compreender dentro dos conceitos e categorias apresentadas é que desde sempre o patriarcado e o sistema capitalista tentou nos excluir, nos alijar da história e da sociedade. O que almejamos é que, com a luta cotidiana ganhando cada vez mais força e com a proposta de trabalho que foi feita e tem sido apresentada ao longo do percurso, possamos desnaturalizar o nosso lugar e ocupar o que por muito tempo nos foi negado.

3.2 MULHERES, TRABALHO E CAPITALISMO

Figura 3 - Quadro “Costureiras” (1950) de Tarsila do Amaral



.Fonte: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/apresentacao.php?area=apresentacao>

A história do trabalho não costuma caracterizar a escravidão ou a servidão como “trabalho”, sendo esse termo oficializado no período da revolução industrial. E as mulheres, embora sempre presentes, não constam na história geral que é disseminada para a população. “O sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado ao universal.” (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 65).

O trabalho da mulher é cuidar, ligado ao “dom” maternal. A história decretou o espaço do trabalho da mulher como “sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e de educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres” (HIRATA; ZARIFIA, 2003, p. 66). Afinal, o “tempo” da mulher era de menor valor que o dos homens, isso porque às mulheres está “destinado” o trabalho privado, da casa e aos homens o espaço público, fora do cercadinho da casinha feliz. Enquanto o trabalho da mulher era um “dom natural”, ao homem cabia transformar a natureza, sendo seu trabalho útil.

Por certo que o tempo muda a história, ou seja, os interesses de quem conta a história e seus fatos mais marcantes com a industrialização e as guerras, mostram que as mulheres foram lançadas ao mercado capitalista do trabalho. As mulheres de classe média podiam buscar profissionalização. As pobres tinham que prover seu sustento e de sua

família. Longe de casa, mas ainda em uma sociedade hierarquizada pelo domínio do homem.

“Nas sociedades pré-capitalistas, não havia uma mentalidade empresarial visando o lucro; e, no entanto, as mulheres trabalhavam” (SAFFIOTI, 2013, p.71). Mulheres sempre trabalharam como mães, esposas, concubinas, escravas, entre muitos afazeres, quase a totalidade sem retribuição alguma. Como lembra Oliveira e Silveira, “o trabalho, como qualquer outra atividade humana, é uma atividade carregada de significados que impactam na (re)construção de identidades/papéis e na (re)definição de normas de vida.” (2012, p. 01).

O quadro de Tarsila apresenta costureiras, retratando a transformação do Brasil na década de 50 com alguns direitos conquistados pelas mulheres. É o que se pode imaginar, pois na história, nos livros, pouco se sabe das mulheres e, esse pouco tem muitos escritos realizados por homens e por mulheres que também tinham uma educação machista.

Discorrendo sobre como o sistema de classes vertical e a posição *status* das mulheres nessa estratificação social do capitalismo criam culturas femininas, Randall Collins (2015) mostra como, “a partir de meados do século XX, a classe trabalhadora persegue os ideais de *status* de uma época anterior, que apenas algumas gerações mais tarde ficaram ao seu alcance.” (COLLINS, 2015, p. 291).

Ao retomar a Revolução Francesa e a Revolução Industrial percebe-se que os homens lograram empregos dentro de um mercado capitalista em crescimento. Os homens, aqueles que junto à suas famílias trabalhavam nos campos e nas residências de classes superiores migram para empregos urbanos. A mulher da classe trabalhadora tinha o trabalho como necessário para prover necessidades humanas básicas como a alimentação e moradia. Na classe média, a mulher, esposa e filha, não deveria trabalhar para outra família, ela devia cuidar da sua própria residência ocupando a posição ideal de mulher para a mulher trabalhadora. Em contrapartida, essa mulher da classe média buscava adentrar os espaços de educação e empregos mais qualificados.

Com pelo menos uma geração de “espera” entre movimentos de busca por uma colocação (posição) mais superior a classe, o capitalismo estimula o consumo e não a educação. Essa disparidade mantém a classe mais alta como detentoras dos valores imateriais de *status* da cultura, a classe média como consumidora dele, e, a classe trabalhadora como produtoras manuais para sua manutenção para as classes superiores. Collins (2015) ainda conclui que, essa manutenção da estratificação social dá-se, mesmo

dentro dos setores culturais femininos, comandada por homens que continuam ditando as regras.

No trabalho, as mulheres, mesmo com ganhos monetários, encontraram uma força hierárquica que estabeleceu o que seria trabalho de mulher e que valor de suas atividades seria sempre o menor. Além da jornada operária, as mulheres continuavam como únicas responsáveis pelos afazeres da casa.

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de retificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, se constituem grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres (KERGOAT, 2003, p. 58)

Com o passar dos anos, o “trabalho de mulher”, as relações de trabalho foram mudando para se adaptar ao modelo capitalista mais lucrativo. Assim, como modelos jurídicos de relações familiares ainda não encontram aporte legal mesmo existindo, a mulher trabalha e por vezes sem a legislação para apoiar as especificidades biológicas (gravidez) e sociológicas (maternidade).

Embora haja o aumento de mulheres que trabalham de forma expressiva na década de 90, em meio à globalização, o trabalho ficou precarizado. Desigualdade salarial, condições de trabalho insalubres, descaso com a saúde da mulher são alguns dos problemas que cresceram proporcionalmente ao aumento de trabalho assalariado. Além da manutenção ao não reconhecimento do trabalho doméstico como Trabalho, relegando-o ao espaço do cuidar feminino.

A relação entre trabalho doméstico e afetividade parece estar no próprio cerne dessa permanência. Na verdade, as mudanças na divisão do trabalho doméstico são muito lentas. O desenvolvimento das tecnologias para uso doméstico tende a tornar as tarefas menos penosas, mas a divisão sexual desse tipo de trabalho e a atribuição do mesmo às mulheres continuou intacta (HIRATA, 2003, p. 16)

A questão social de ligar satisfação ao trabalho também afetou diretamente às mulheres, elas devem ser excelentes profissionais, excelentes esposas e mães:

Para as mulheres, os limites temporais se doblam e redobram, trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida que regem oficialmente a sociedade moderna. (HIRATA; ZARAFIAN, 2003, p. 67)

Barbieri (2008) conta a experiência em livros argentinos relembrando análise de livros brasileiros na educação formal dos dois países e os apresenta como sexistas, pois

continuam apresentando estereótipos sexuais. Assim, ela propõe que mulheres falem de suas histórias, em especial as mais vulneráveis.

La posibilidad de expresión de las mujeres, acerca de sus propias experiencias y su concepción de la sociedad a la que pertenece, había estado acallada sobre todo en el caso de las mujeres más marginalizadas: aborígenes, campesinas, o pobres urbanas de nuestros países. A la subalternidad de género ella sumanla de clase y en muchos casos la discriminación étnica. Sin embargo, las trayectorias desplegadas por algunas de estas mujeres han quedado plasmadas en biografías ejemplificadoras que marcan la ruptura del silencio, al relatar el denodado esfuerzo que signó sus vidas (BARBIERI, 2008, p. 67)

Acreditamos que, para além de uma categoria de trabalho, essas mulheres catadoras da cooperativa trazem em suas histórias construções que se entrelaçam entre elas, o ser, o ambiente e o seu lugar.

A condição de trabalho subalterno perpassa pela vida das mulheres da catação que desde muito cedo estão inseridas no trabalho, para desse tirar sua subsistência, e dentro do mundo capitalista essas mulheres foram ceifadas e a elas restou buscar outras alternativas para sobreviver.

Poner la reproducción de fuerza de trabajo en el centro de la producción capitalista desenterra un mundo de relaciones sociales que estaba oculto en Marx pero un mundo de relaciones sociales que estaba oculto en Marx pero es esencial para exponerlos mecanismos que regulan la explotación de la mano de obra. Muestra que el capital extrae de la clase obrera mucho más trabajo no asalariado del que Marx pudo imaginar, pues también incluye el trabajo doméstico que se espera que hagan las mujeres y la explotación de las colonias y las periferias del mundo capitalista. (FEDERICI, 2019, p. 87)

Federici (2019) destaca que a produção da força de trabalho da sociedade capitalista, relações sociais além das categorizadas por Marx, as relações de poder também existem de forma inerente e coesa ao patriarcado e acabam por ditar as relações de subalternização das mulheres.

En esta línea, el trabajo doméstico no asalariado adscrito a las mujeres como su destino natural se suma y se complementa con el trabajo de millones de campesinas, agricultoras de subsistencia y trabajadoras informales que cultivan y producen por una miseria las mercancías que consumen los trabajadores asalariados o proporcionan al coste más bajo los servicios necesarios para la reproducción, (FEDERICI, 2019, p. 87)

Às mulheres, fica destinado os afazeres domésticos, como manutenção das forças de trabalho, um trabalho não remunerado, ficando a cargo delas os cuidados com a casa, com o homem e a prole, Saffioti (2013) destaca que a grande maioria dos homens veem as mulheres como concorrente real no mercado do trabalho, e não percebem o fator

histórico que mistifica seu prestígio quanto marido, podendo deixar a mulher afastada do trabalho remunerado, apenas cuidando dos afazeres do lar.

Esse fato histórico, comumente visto em nossa sociedade, parte de uma estrutura em que reforça uma configuração sócio histórica capitalista prevendo a alienação da mulher nesse ciclo social. Mas ao falarmos desse trabalho não remunerado, desse trabalho doméstico é necessário pensar como esse trabalho nos é inserido como algo inerente as mulheres, Federici:

É importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando como os outros, mas, sim da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. É verdade que, sob o capitalismo, todo o trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada. (FEDERICI, 2019, p. 42)

É importante destacar que a exploração do trabalho doméstico consiste no fato que ele tem sido imposto às mulheres como também ele é tido como um atributo natural, como já destacamos anteriormente, esse fato dá-se por imposição do capital que nos convence que esse trabalho é uma atividade natural das mulheres, excluindo desse processo os homens.

Essa mistificação é ainda mais presente nas camadas mais pobres da sociedade, nas quais o machismo é mais presente, e o homem reproduz as pancadas que leva no trabalho dentro do seu lar para poder recuperar seu ego à custa da mulher (FEDERICI, 2019). Essa é a realidade de muitas mulheres, e ainda há aquelas cujos afazeres domésticos são o seu terceiro turno de trabalho, causando a essas um desgaste, e tende a nos domesticar a ser dócil e que o trabalho não remunerado é pago com amor e reforça a ideia de qualquer erro é um fracasso de nós mulheres.

Mesmo mulheres negras tendo mais anos concluídos na educação formal, elas estão representadas em níveis mais baixos de trabalho, nem todas são empregadas, considerando as que exerçam atividades laborais. Em narrativas, essas mulheres negras, mesmo mais qualificadas, aceitam trabalhos mal pagos para sair do serviço doméstico e proporcionar uma maior independência financeira e social.

Interessante apresentar que esses são dados do Brasil, que é o país latino-americano que mais pesquisas apresentam sobre entrelaçamentos de gênero, raça e classe, porém, esses dados ainda delimitam um tempo mais próximo, pois pouco se considerou dados de gênero e raça além de dados quantitativos de população nos censos dos países da América Latina (ANDREWS, 2018).

A historicidade da mulher foi amputada da história dita oficial. Esse desapareço deu-se pela, ainda, valoração do homem branco, inclusive nas regras de escrita. Nos dados oficiais, os censos nacionais após a metade do século XX começam a pesquisar questões de gênero, raça e classe. Esforços para essas pesquisas iniciam-se nas universidades, principalmente após a luta por direitos civis norte americano. Mas as mulheres trabalhadoras de classe mais vulnerável não estão na academia para além de objetos de pesquisa. Os negros de classe mais vulnerável não estão no movimento negro. Em números proporcionais, as mulheres negras de classe mais vulnerável tem tantos e “desgastantes desafios” em suas vidas diárias que não se envolvem em organizações coletivas (ANDREWS, 2018; CEPAL, 2018; MUNANGA, 2020).

Isso não significa que estando fora de uma organização formal, as mulheres estejam fora da luta. A interseccionalidade, conceito cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw para explicar que a discriminação com a mulher negra tem atravessamentos de raça, gênero e classe, estabelece vínculos de complexidades durante toda a vida delas, pois quando crianças são vistas como menos inteligentes, quando jovens são “fetiches erotizados”, quando adultas trabalhadoras desqualificadas e quando idosas descartáveis (AKOTIRENE, 2019).

Destacamos que na interseccionalidade não há hierarquias, sendo a raça um componente indispensável. O gênero é incorporado dentro das discussões que necessitam de análise (ao pensar, por exemplo, em gênero fluído, não podemos excluí-lo com o risco de mantermos um posicionamento cis-heteronormativa⁵) que pode ser acompanhado de outros componentes analíticos: classe, geração, nacionalidade, etc. Se pensarmos em hierarquias, perdemos a essência da interseccionalidade, que são atravessamentos que ressignificam corpos. Como lembra Akotirene (2019, p. 44) “a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas”.

As identidades são construídas também pelo posicionamento político, ao dar protagonismo às vozes de mulheres subalternizadas. Ao trazer a afirmação sobre “quem busca a sua identidade fora de si está condenado a viver na ausência de si mesmo”, Vilma Piedade (2017, p. 17) explica como as mulheres negras na luta pelo feminismo encontram

⁵ Para saber mais sobre a definição e temática, sugerimos a leitura do artigo: DREHMER, Luciana Balestrin Redivo; FALCAO, Carolina Neumann de Barros. Para Além da concepção Binária Cis-heteronormativa: a Psicanálise Interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe3, e228536, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000700306&lng=en&nrm=iso>

outras batalhas, externas e internas, que podem retirá-las das organizações, afinal,

Falo desse lugar como Mulher Preta. Ativista. Feminista. Mas, também falo do lugar das minhas Ancestrais. Lugar marcado pela ausência histórica. Lugar-ausência designado pelo Racismo. É desse lugar que digo Não. Sororidade une, imana mas Não basta para Nós - Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser, sendo (PIEADADE, 2017, p. 17).

E a sociedade capitalista mantém esses silêncios ao escolher entre as mulheres a serem encaradas como “sujeitas dignas de se defenderem e de serem defendidas” os estereótipos da “mulher padrão”, aquelas que mesmo ao defenderem uma causa sejam “heroínas calmas, gentis e pacíficas” (VERGÈS, 2020, p. 105). Essa dissertação tem como compromisso desconstruir esse papel imposto, e também não desejamos colocá-las como personagens pré-estabelecidas.

Como toda classe oprimida pela sociedade de classes, as mulheres não foram reconhecidas sem lutar. Lutas internas nas tentativas de descobrir-se mulher e o que seria esse ser a quem desde o princípio nomearam de culpada: culpada pelo pecado dos homens.

Ocorre que a humanidade demorou a descobrir que o mundo é feito de homens e mulheres, ou seja, mesmo após as revoluções americana e francesa, das quais fizeram parte, as mulheres encontravam-se entre os desfavorecidos de cidadania, pois não desfrutavam dos avanços legislativos que, muitas vezes, sonegavam-lhe não só direitos políticos e civis, mas também o direito à educação (LUZ; FUCHINA, 2009, p. 6)

A maioria das legislações iniciais que tratam da mulher garantiam bases mínimas de cidadania como o direito ao voto e posse de bens. Isso na década de 20, tendo uma discussão sobre feminismo e igualdade a partir da década de 70 no Brasil. Apenas a Constituição Federal de 1988 colocou homem e mulher iguais perante a lei (LUZ; FUCHINA, 2009).

Apenas na década de 90, leis que criminalizavam a violência contra a mulher, principalmente, foram criadas, como a Lei 8.072/1990, que definia o estupro e o atentado violento ao pudor como crimes hediondos. Leis de seguridade e trabalho também foram ajustadas, mas apenas no novo século, após 2001 inicia uma mudança densa nas leis em relação às mulheres (CENTRO, 2006). Em 2006 a Lei 11.340 sobre violência doméstica,

O texto legal foi resultado de um longo processo de discussão a partir de proposta elaborada por um conjunto de ONGs (Advocacy, Agende, Cepia, Cfemea, Claden/IPÊ e Themis). Esta proposta foi discutida e reformulada por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Especial de

Políticas para as Mulheres (SPM), e enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

Foram realizadas audiências públicas em assembleias legislativas das cinco regiões do país, ao longo de 2005, que contaram com participação de entidades da sociedade civil, parlamentares e SPM.

A partir desses debates, novas sugestões foram incluídas em um substitutivo. O resultado dessa discussão democrática foi a aprovação por unanimidade no Congresso Nacional (CNJ, 2009)

Antes de lutas por igualdade de direitos, as mulheres ainda tem que lutar pelo direito de viver. Sobre as leis trabalhistas, elas estabelecem igualdade de tratamento e salários em atividades iguais, mas a sociedade segue seus parâmetros culturais patriarcais. Isso que, quase na totalidade, fala-se de pesquisa do trabalho feminino considerando mulheres assalariadas, brancas e heterossexuais, e por isso a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade passa ao largo de muitas análises científicas.

Economicamente, no mundo, pouco se pesquisa sobre o trabalho da mulher como modos de relações sociais e sexuais. Como explica Danièle Kergoat (2003, p. 56), “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher)”.

Enquanto mulheres buscam maior escolarização e vemos um maior número de gerentes e executivas, a maioria dos trabalhos que a mulher exerce exige pouca qualificação e resultam em salários e ambientes precarizados, conforme afirmação de Hirata, “o modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível tomou, nos países do Norte, a forma de trabalho em tempo parcial e, nos países do Sul, a forma de trabalho informal, sem estatuto e sem a menor proteção social” (HIRATA, 2003, p. 16).

Isto posto, salientamos que as mulheres sul americanas, especificamente no local estudado as brasileiras pobres, negras e periféricas acabam ocupando esses espaços e ambientes precários de trabalho, porque há muito tempo essas mulheres já ocupavam o campo de trabalho e mais essas tendem a prover o sustento de uma prole.

Para tanto, debater trabalho, gênero e raça nessa perspectiva é elencar pressupostos que as relações sociais e sexuais de trabalho devem ser discutidas, além de lutarmos pelo direito de viver e sobreviver.

4. MULHERES: ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA NO LIXO

Neste espaço, tratamos das mulheres que trabalham com catação, o espaço em que elas trabalham e como esse trabalho nos mostra na prática algo que buscamos apresentar por meio de nossas pesquisas acadêmicas. Esse é o momento da fala, é o espaço de luta, de confronto a subalternização e sororidade. Além disso, utilizamos esse capítulo para contextualizar a COVID-19 nesse momento e como nos sentimos ao realizar essa pesquisa, principalmente reconhecendo o lugar de privilégio que ocupamos que é o de poder fazer a quarentena e continuar recebendo nossos salários.

4.1. CONTEXTUALIZANDO O LUGAR E A PANDEMIA DE COVID-19. “PARA MIM, A PALAVRA MAIS BONITA ERA SAÚDE...”

Quando pensamos na situação das mulheres catadoras, todas essas questões anteriormente apresentadas se ampliam. Trazer à tona o lugar ocupado por elas no lixão Santa Rita, que de uma forma muito didática e serena, nos mostram na prática algo que buscamos mostrar nas pesquisas sobre feminismo: a sororidade e a empatia. Praticando assim, um feminismo que abrange todas as mulheres.

Segundo Gebara (2000), precisamos de um feminismo que acentua o compromisso ético com as excluídas de nossa sociedade, em busca de um novo relacionamento entre homens e mulheres, em virtude de podermos possibilitar através dessa pesquisa um espaço para experiência, e vivenciar a organização de mulheres a partir das vivências já ocorridas no espaço ocupado pelas catadoras.

As mulheres que compõem a pesquisa trabalham na cooperativa desde a sua fundação. Sendo assim, escolhemos para esse momento três (3) delas que compõem esse espaço desde o processo de criação.

A cooperativa teve sua sede inicial, dentro das dependências do antigo Lixão da cidade do Rio Grande, que hoje se encontra desativado. As mulheres percorriam uma distância de 3 a 4 km para chegar até o local. Enfatizamos, conforme relatado por uma de nossas entrevistadas, “esse caminho era percorrido com chuva ou sol”.

Figura 4 – O caminho



Fonte: acervo da autora (2019)

A imagem acima descreve o caminho que as mulheres percorriam todos os dias, independente de chuva, sol, frio ou calor, pois cada dia trabalhado era um dia de sustento em suas casas. No local onde faziam a triagem do material reciclável, era disponibilizada como sede uma pequena sala com o apoio da Prefeitura. Nesse local não havia muitas condições para que elas pudessem desenvolver os seus trabalhos, não havia cobertura, dificultando a triagem em dias de chuva, o que não as afastavam do local.

As fotografias seguintes retratam o espaço em que eram desenvolvidas as atividades.

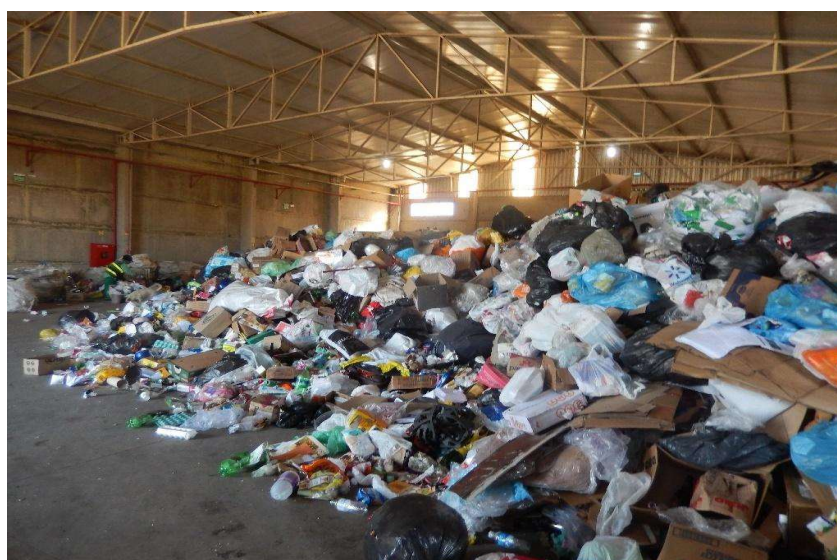
Figura 5 – Lixão: antiga sede da cooperativa Santa Rita



Fonte: acervo da autora (2019)

Na imagem acima, podemos observar o local onde os resíduos eram depositados para que acontecesse a triagem do material. Hoje, a cooperativa encontra-se em um espaço cedido pela prefeitura, coberto e que possibilita que as catadoras possam melhor desenvolver seu trabalho. Lembrando que a formação dessa cooperativa foi uma compensação ambiental devido ao acidente ocorrido no lixão, que levou a morte de um catador e também as políticas implementadas de tratamento dos resíduos sólidos domésticos.

Figura 6 - Nova sede cooperativa, depósito dos resíduos



Fonte: acervo da autora (2019)

Sabe-se que os primeiros registros da profissão de catador na cidade de Rio Grande / RS, sul do Brasil, são apresentados nos diários de Carolina de Jesus, que segundo Motta (2016), essa mulher negra, moradora da antiga favela do Canindé de São Paulo, criava sozinha seus filhos com o dinheiro que ganhava catando papelão e sucata, isso na década de 1950. Ainda Motta nos mostra que:

Para analisar a formação dos sujeitos políticos mais especificamente das catadoras como categoria social e política, o processo social da transformação capitalista no Brasil devemos articulá-las como esses processos de crescimento de crise para pensarmos as suas possibilidades de integração. As mulheres vão trabalhar na catação por uma dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal. Essa é uma questão principalmente para mulheres de baixa qualificação e escolaridade ou em idade mais avançada que buscam alternativas nos empregos autônomos (MOTTA, 2016, p. 40).

Nesse sentido, para compreendermos a lógica de trabalho e como essas mulheres acabam ocupando espaços subalternizados ou precários, em que a mão de obra feminina torna-se uma mão de obra barata para sustentar o capital, a catação é uma alternativa de trabalho nas brechas do capitalismo moderno (MOTTA, 2016).

Motta (2017) nos mostra o quanto a caracterização do trabalho na catação é importante na reflexão da formação das classes sociais no país, isso porque parte da população pobre brasileira não passa pela formalização do trabalho. Isso nos mostra o quanto a precarização do trabalho está subalternizando as camadas mais baixas da nossa sociedade.

Cabe salientar que há uma precarização do trabalho das mulheres, e que pode ser tratado pela divisão sexual do trabalho, retratado por Hirata (2009) que corrobora com o nosso trabalho ao mostrar que a intensificação do trabalho é de modo geral uma das consequências da flexibilização do emprego. Segundo Hirata:

Mesmo que se observem também as causas ligadas ao processo de trabalho e as suas novas formas de organização em um sentido estrito. A intensificação do trabalho é hoje em dia a regra tanto no setor secundário como terciário, entre os dirigentes e empregados, seja no Japão, na França ou no Brasil. As consequências de intensificação são duplas: de um lado observam-se danos à saúde física e psíquica das trabalhadoras, de outro o aumento da distância das assalariadas e as desempregadas e de modo mais amplo aquelas que se encontram sem emprego. (HIRATA, 2009, p. 33)

Nesse contexto de empregos, subemprego e precarização de mão de obra feminina, nascem as cooperativas como viabilização do processo de trabalho, proporcionando que as mulheres pobres possam ter alternativas de subsistência, ou seja, ter mínimo para sua sobrevivência como alimentação e moradia, como afirma Costa e Neves (2007) quando nos dizem que as mulheres empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho tem a possibilidade de inserção social e acessam redes de solidariedade que podem proporcionar o fortalecimento de vínculos de sociabilidade e de empoderamento. Ainda Costa e Neves (2007):

As mudanças advindas desse processo geraram formas mais flexíveis de contratação e uso da força de trabalho. O resultado é a incidência de maior precarização das condições e direitos dos trabalhadores, sob o modelo da terceirização, trabalho informal, subcontratação, entre outros. A adaptação a essa nova dinâmica é permeada pela insegurança. A informalidade deixa de ser uma situação transitória para se tornar permanente, numa constante relação entre formal e informal. (COSTA; NEVES, 2007, p.06)

A sociabilidade e a rede de solidariedade composta dentro do espaço de trabalho informal proporcionam que as mulheres possam refletir sobre o ser mulher na sociedade e questionar sobre as violências vividas e sofridas na construção das suas identidades.

A necessidade de compreender a perspectiva de vida e visão dessas mulheres acerca do trabalho que executam, que tem como subsistência a atividade que proporciona uma reflexão sobre como nós mulheres nos “posicionamos ou estamos posicionadas no mundo do trabalho” segundo Biroli:

Houve nas últimas décadas do século XX que o perfil de acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado se alterou significativamente, entre 1970 e o início do século seguinte o número de mulheres economicamente ativas saltou de 18,5 % para 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Isso modificou também o acesso dessas mulheres para educação formal, passando a ser a maioria matriculada em ensino superior. Porém esse acesso a escolarização não garantiu acesso igualitário nas diferentes ocupações. (2018, p. 21)

A partir do olhar de Biroli, compreendemos aqui alguns diferenciais que são de importante discussão, por trazerem a disparidade do mundo do trabalho, apontando as diferenças que colocam à margem da sociedade mulheres pobres e negras.

Saffioti (2013) irá nos apontar para o fato de que a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Assim, reiteramos a ideia de que as mulheres pobres sempre estiveram trabalhando para o sustento de suas proles e para fazer a máquina do capitalismo girar.

Acompanhando as notícias sobre a pandemia nesses oito meses, percebi que não há como medir as percepções sensoriais das mulheres catadoras durante esse ano de 2020. Com o objetivo de conhecer as trabalhadoras da cooperativa de reciclagem Santa Rita e seus processos de construção identitária no mundo do trabalho, foi preciso abrir espaço para analisar o corrente ano.

Um ano esperado após um ano 2019 turbulento com ataques às questões sociais que iniciaram com a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, com o teto de gastos e com as propostas do ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, de atrelar os direitos sociais do cidadão à sustentabilidade fiscal do governo.

Com notícias de uma “nova gripe” vinda da Ásia, devagar 2020 chegava trazendo esperança de recuperação do crescimento econômico, assim argumentaram os setores econômicos e governamentais. Da província de Wuhan da China o novo vírus gripal,

COVID-19 (Coronavírus) crescia exponencialmente na Europa. Cenas (in)dignas de filmes de terror com cortejos de caminhões carregados de cadáveres invadiram noticiários e redes sociais. Os sistemas de saúde colapsaram na Itália, Espanha e França.

Os trabalhadores da área de saúde tornaram-se a representação da dor e da perda pelo COVID-19, afinal, as vítimas que perderam suas vidas morreram sós, isoladas e sem direito a despedidas familiares. Após a primeira morte confirmada no Brasil, uma idosa moradora de zona nobre de São Paulo, capital, em março de 2020, um vago tomou conta do país. Sem rumo, o Brasil ficou entre as análises científicas e as não decisões do Governo Federal. Governadores estaduais e prefeitos decidiam entre buscar protocolos de especialistas ou acompanhar o negacionismo científico do Presidente da República. República esta que viu dois ministros da Saúde divergirem com o representante maior da nação quanto ao tratamento do COVID-19 e pedirem demissão.

O primeiro semestre terminou com mais de 60.000 mortos⁶ com atestados de causa de morte pelo Coronavírus, dados sabidamente subnotificados pela falta de organização do Estado. Nessas desestruturações governamentais, a população ficou à mercê de disputas políticas e desinformação. Com a falta de cooperação entre órgãos governamentais de diferentes entes federados, com polarizações políticas, a população mais vulnerável encontra nela mesma meios de prevenção do Coronavírus.

Em treze de abril, ainda sem dados concretos e muita confusão de informações, o clima de insegurança reinava na sociedade enquanto a negação científica pelos governos, principalmente o Federal, deparamos com uma notícia da Agência Brasileira, da empresa brasileira de comunicação órgão federal, sobre os catadores e a COVID 19. Na matéria falava-se da interrupção do trabalho e do auxílio governamental. Impunha soluções relativas levantadas pelos próprios catadores como a educação ambiental das pessoas e a exposição dos materiais ao sol como higienizador. Além de um chamamento à solidariedade.

Após essa data e com aumento expressivo de casos, as agências oficiais e organizações não governamentais apresentam notícias relacionadas ao cuidado e prevenção. Porém se apegam a normas e critérios técnicos que, possivelmente, não são acessíveis como nos sites do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Rede

⁶ Nossa última atualização dos dados de mortos em 10 de março de 2021. Estamos na marca de 268.370 mortos, esses dados são do Repositório de dados do Covid-19 pelo centro Ciências e Engenharias de sistemas (CSSF) da Universidade Johns Hop kins.

Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) e no site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Evidente que o MNCR traz outras informações e a divulgação de campanhas nacionais, essa divulgação nacional é algo que não ocorre nos sites que apresentaram notícias sobre a situação das catadoras e catadores. Uma notícia no Correio Braziliense, em maio de 2020, trata da situação local, assim como no Rio Grande do Sul as poucas notícias são esforços de pesquisas universitárias como a do Jornal Universitário da (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) (UFRGS) que traz como título a inquietante afirmação “Ou morre pelo vírus ou morre de fome”.

À margem das políticas públicas, sem receber da prefeitura e tendo que tirar do próprio bolso para comprar equipamentos de proteção, os catadores de Porto Alegre estão trabalhando sob alto risco de serem contaminados pelo Coronavírus, de acordo com informações que tiramos do site da MCR. E para receber uma remuneração 50% menor do que antes da pandemia, o que representa uma renda mensal de em média 400 reais.

Somos os invisíveis dos invisíveis. Todo mundo está olhando para os profissionais de saúde, mas estamos mais em risco do que eles, que trabalham em ambientes de extremo cuidado e higienização, muito diferente das cooperativas. Aquele paciente com Coronavírus que é atendido nos hospitais gerou resíduo que vai para as nossas mãos. (MNCR, 2020, s.p.)

No mês de novembro os óbitos por COVID -19 no Brasil ultrapassaram 160.000 e é nesse contexto de isolamento social que as mulheres tiveram sua jornada de trabalho triplicada por ter que lidar com os afazeres do lar, sua profissão e ainda aquelas com filhos, tomar conta do ensino remoto – modelo de educação adotado nesse período de isolamento social. Ainda destacamos que as mulheres dessa pesquisa não tiveram como opção o isolamento social, como já foi citado, acentuando o privilégio de classes da sociedade brasileira.

Privilégio mostrado quando algumas mulheres continuaram a servir seus patrões para obter o sustento de suas casas e a máquina do capitalismo continuou a ditar as regras na sociedade de classes. Pensando aqui nas mulheres da pesquisa e o fechamento de muitos locais de trabalho e de empresas, diminuindo os materiais reciclados, junto a isso, o fechamento das usinas por determinação dos governos Estadual e Municipal.

O título do subcapítulo foi retirado do livro Diário de Bitita de Carolina de Jesus (1967) e faz parte do trecho sobre hospitalidade. Nesse texto, a autora relembra um caso de doença em que nem a família tinha condições financeiras e afetivas e nem o Estado provera o direito, ainda não constitucionalizado, à saúde.

Carolina revela como foi empurrada pela família para a rua onde deveria buscar meios de cura; e como a sociedade rejeitava seus pedidos de trabalho por ser mulher, sem estudos e sem residência. Assim como não teve a solidariedade capitalista, expressa pela esmola, pois ela ainda jovem deveria esforçar-se mais.

Esse breve trecho mostra-se atual enquanto enfrentamos uma pandemia no ano de 2020, por isso o subcapítulo 4.1 fala sobre a demarcação de uma incógnita. Um ano que o Presidente do Brasil negou a pandemia, amenizando possíveis impactos, banalizando a dor de um povo que chora a morte de seus entes queridos, sem nem ao menos despedir-se. Um ano em que escolas não puderam funcionar por meses, nem comércios por semanas.

Apenas hospitais, serviços de saúde e as mulheres tiveram funções sobrecarregadas. Realidade mundial, prevista pelas Organizações das Nações Unidas no início do isolamento em países europeus, “o documento da ONU aponta que, na história da humanidade, toda crise social atingiu com mais intensidade as mulheres” (COMOLI; CANTO, 2020).

Ao perceber a raça e o gênero, as dores somam-se “assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta” (PIECADE, 2017 p.16). E ao pensar a classe, profissão ou lugar de moradias periféricas, cada intersecção acrescenta opressões que as mulheres precisam enfrentar. E em meio a uma pandemia, esse enfrentamento é assustadoramente desigual.

4.2. COMO RESISTIR? OS DIÁRIOS DE OUTRAS BITITAS

*A Vida
A vida é concernente
Aos que dela tiram proveito.
Eu sofro horivelmente
Ao ver meu sonho desfeito
Será banalidade...
Sonhar com a felicidade?
Carolina Maria de Jesus
(Antologias Pessoais, 1996, p. 166)*

Resistir é, nas palavras de Gregori (2017), lutar e conquistar sua liberdade. No campo do trabalho, resistir diariamente para a sobrevivência através da efetivação mínima

de seus direitos é viabilizar através das lutas feministas o mínimo de liberdade, autonomia e dignidade.

Acreditando nas indicações de leitura de Brandão (2012), o melhor sobre educação popular não existe em livros. Existem, em uma infinidade dispersa de documentos mimeografados, escritos “da base”, relatórios de experiências e sínteses de pequenos encontros que se multiplicam por toda parte. Daí os encontros, a conversa e essencialmente, a escuta atenta das vozes dessas mulheres.

Por isso, a escolha por histórias de vida tem por objetivo dar visibilidade a mulheres que tem em sua existência, uma forte resistência para condicionar sua sobrevivência no mundo capitalista em que estamos inseridas. Nessa perspectiva:

La incorporación de relatos de vida de las propias mujeres permite desvelar desde una óptica femenina la historia oculta de la mujer, incluir su particular reflexión acerca de la sociedad y del cambio, conocer sus luchas cotidianas por los espacios sociales, así como su situación en los ámbitos políticos, laborales y domésticos, el grado de conciencia acerca de sus acciones individuales y colectivas. (BARBIERI, 2008, p. 66)

Proporcionando nesse espaço a libertação de uma lógica que trata por excluir as mulheres pobres, sobretudo as negras, Gebara (2000) aponta que as mulheres tendem a estar sempre sobre a resistência e a mobilidade da senzala feminina imposta pelo sistema patriarcal. Nessa lógica, as mulheres periféricas tendem a demorarem mais a terem esse movimento. Desse modo, como nos aponta Gebara:

A senzala, aqui embora seja um termo inspirado pela escravidão africana no Brasil, é uma metáfora para expressar a prisão móvel que muitas mulheres carregam. É prisão imposta pela cultura da pobreza e da dependência. É prisão da condição humana acentuada pelos mecanismos de uma sociedade construída sobre a injustiça e a exclusão. É finalmente prisão doméstica com relativa mobilidade porque se pode andar, mas, mesmo andando, os passos estão amarrados, os caminhos estão fechados em meio a imensidão de possibilidades sem acesso permitido (GEBARA, 2000, p. 17)

Resistir, para mulheres que ocupam a periferia, é sobrevivência, é lutar para ter a mínima mobilidade para constituir-se socialmente, viabilizar com que sua família tenha sustento e preconizar entre o trabalho e a família a sua prole, para que essa possa ter outras possibilidades de mobilidade que não a mesma dessas mulheres chefes de família.

Gebara (2000) apresenta a ideia de mover-se como forma de libertar-se. Mover-se parece ser buscar novas alternativas de vida e de liberdade. Liberdade precária... liberdade frágil... liberdade que é mais um livrar-se das situações difíceis e insuportáveis. Assim, colaborando com Gebara, nós apontamos que resistir para essas mulheres é

sobreviver a fome, ao capitalismo, ao patriarcado; é sobreviver a todas as formas de opressão que recaem sobre as mulheres e sobretudo recaem sobre as mulheres negras e pobres.

Acreditamos que construímos a luta da mulher na sociedade de classes a partir da nossa perspectiva histórica. Corroboramos com Saffioti (2014) quando nos mostra que por muito tempo fomos silenciadas, apagadas de nossa própria história. Por isso, conforme acordado com as participantes da pesquisa, optamos por deixar seus nomes reais, para que elas contem sua própria história e trajetória que as constituiu e constitui enquanto mulheres. Por este motivo, deixemos que elas se apresentem.

Quem são elas? Esse é o encontro (dentre os muitos, o mais formal) com as mulheres que compõem essa pesquisa. É neste espaço que elas se apresentam, não somente no falar, mas se mostram para nós por meio dos registros, considerando o novo contexto da sociedade, o contexto de pandemia.

Bom eu sou a Marina, meu nome é Marina Inês Viguel Menezes, eu tenho 49 anos sou solteira trabalho na cooperativa Santa Rita faz desde que inaugurou, oito anos vai fazer já. Oito anos, já tem oito anos, todo esse tempo!

Figura 7 – Quem nós somos? Marina



Fonte: acervo da autora (2020)

Meu nome é Gessy Chaves Prates, meu estado civil? Eu sou casada, a idade 62, tenho ensino médio completo, terminei já adulta, estava no conselho quando eu terminei.

Figura 8– Quem nós somos? Gessy



Fonte: acervo da autora (2020)

Meu nome é Maria Juraci da Rosa Ribeiro, sou casada, essa minha idade que eu não sei agora. 50 e pouco, mas não sei, acho que tenho mais de 50, mas não sei agora, sou de 07 de Fevereiro de 63, eu acho. Sou casada no civil e na igreja tenho meu marido um monte de anos, eu estudei lá mesmo, eu estudava quando eu morava nas granjas, também estudei nos colégio de lá, mas agora eu estudo lá. Eu já morei em Santa Vitória, mas eu nasci em Santana da Boa Vista, eu conheci meu marido a gente casou e fomos para Santa Vitória de trabalho, até chegar na cooperativa Santa Rita. Eu quando era solteira, eu vim com 12 anos eu conheci meu marido aqui em Rio Grande, a gente casou depois a gente foi para Santa Vitória, fico umas fia minha pra lá.

Figura 9 – Quem nós somos? Maria



Fonte: acervo da autora (2020)

“Quem somos” nos apresenta a essas mulheres, mas também nos apresenta a uma história de luta e sobrevivência. A história que elas contam é a história de uma cooperativa para além do lixo. São histórias de movimentos. Quem somos também no inclui, pois a partir da apresentação e representação de cada fala, também repensamos nossos lugares de privilégios.

A nossa luta também nos constitui enquanto mulher, neste ponto da pesquisa, o pessoal é político⁷, conforme destacamos nas falas de Gessy:

[...] Mas aqui ainda no Profurb, mas até então chegar aqui não tinha luz, muito mosquito, muita, muita dificuldade. A gente com criança pequena, né? A gente saía o ônibus nem vinha até aqui, vinha até o antigo final da linha da noiva do mar. [...] Tá, aí fiquei morando ali, cada um com a sua vida, né?! Minhas irmãs também cada uma com sua vida, aí alguma coisa tinha que ser feita. Aí tinha um antigo Chácara aqui atrás, era o seu Helder, né? Ele era bem dizer o dono de todo esse pedaço de terra que tinha aqui, ele era, na época, era um português, uma pessoa bem ativa, gostava de conversar. Aí conversando, ele dizendo “se tivesse uma associação, alguma coisa assim, né?” Eu nem conhecia o que era associação, a gente sempre se reunia, era um grupo e conversava.. Aí assistência não tinha nenhuma, nem posto médico, nada, nada. (GESSY)

O que observamos ao longo de nosso percurso é que Gessy é o ponto em comum dessas mulheres. Ainda nova, se reinventou e descobriu a necessidade de fazer parte dos movimentos políticos e sociais da cidade de Rio Grande/RS, compreendendo a luta coletiva e a necessidade de ecoar as vozes das mulheres subalternizadas. Falar do encontro da Gessy com a Maria e Marina é também pensar no esperar que esse encontro nos traz enquanto mulheres. É pensar que uma constitui a identidade da outra e ambas caminham juntas no trabalho e no pessoal: afetividade. Falemos destes encontros. Piedade nos aponta, acerca do conceito de dororidade que:

Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror-irmãs. Dororidade, vem de de dor, palavra-sofrimento. Seja físico, moral, emocional. Mas qual o significado da Dor? Aqui tá no conceito. A palavra Dor, tem origem no latim, dolor, Sofrimento moral, mágoa, pesar, aflição, dó, compaixão. Não há dor maior ou menor. Dor não se mede. É de quem sente. Há dor. Dor dói e ponto. (PIEADADE, 2017, p. 17)

E é através dessa dororidade que os caminhos dessas mulheres se entrelaçam em busca de algo novo, na busca pelo conhecimento e pela formação, no sentido literal da palavra, o encontro com as educações e de uma nova forma de esperança, vislumbrada no processo de formação da cooperativa, e assim as histórias passam a ter outro contexto.

[...] a Gessy teve aqui e disse pra mim “estão fazendo uma chapa, tu não queres participar, Marina? Vamos participar, tu não está trabalhando, é um meio de ganhar dinheiro, tu conhece o material”, aquela historia toda. Eu disse “ta, vamos. Vamo, Gessy!” Comecei a participar das reunião, né? Nesse meio tempo apareceu o camarão, era safra do camarão, e a gente ia descascar o camarão na Cohab IV. Ia eu, a Gessy, a maioria das mulheres da comunidade Santa Rita e que iam trabalhar na cooperativa, também descascavam o camarão, E lá no Camarão aquela brincadeira, sempre rindo e brincando. Graças a Deus a gente tem alegria, né?! A gente vê, a gente vinha

⁷HANISCH, C. The Personal is Political. Notes from the Second Year: Women’s Liberation, 1970.

todas cheirando camarão, mas a gente vinha para reunião até o dia da inauguração. Inaugurou a cooperativa nos fomos trabalhar na cooperativa... Cooperativa foi assim que começou. (MARINA)

A partir dessa fala, vemos que essa parte da pesquisa vai muito além de falar nomes, apresentar essas mulheres, é sobre os encontros, é sobre o nascimento de união e afetividade que as une e constitui suas identidades. É sobre cooperativa e união e compreender a necessidade do trabalho que elas realizam. Nesse sentido, falemos ainda da Gessy e como suas participações ativas nos movimentos fez com que elas construíssem essa rede:

[...] Eu me interessei pelos movimentos, tinha as formações eu ia, tanto aqui na cidade como pra fora, né? Aí teve a pastoral da criança, aí teve a formação, a gente fez e a gente cuidava das crianças visitando famílias, muito bom, crescendo como pessoa, né?! Eu me lembro que quando os casais vinham convidar a gente para participar eu dizia “mas que gente chata, o que essa gente vem bater na porta para incomodar a gente?” Não queria participar, né? Queria ficar submissa naquele mundinho da gente, aí começemo a participar. Aí comecei a me envolver com os movimentos todos, aí depois quando eu comecei a participar da pastoral da criança, acho que 1980 por aí, 80 ou 82, por aí começo a participar da pastoral da criança, começa a fazer formações, acho que em 1987 por aí a gente começou a participar na pastoral da criança a gente começou a defender os direitos da criança, os direitos das mulher. Tudo isso a gente começou esse movimento, e lá em 90, quando surgiu o estatuto da criança e do adolescente [...] a gente criou o conselho dos direito da criança aqui em Rio Grande. Teve várias reuniões, várias formações. Aí dentro de tudo isso eu já fui presidente do bairro, né? Com todas essas andanças eu fui presidente do bairro por vários e vários anos, aí então criou o conselho dos direitos da criança e do adolescente, era um grupo de todas as pessoas do bairro, a gente se reunia na antiga Igreja do Galo pra fazer as reuniões, né? Depois reunimos as formações na Igreja do Salvador, eles ofereciam na época os locais, aí então surgiu o conselho tutelar, criou-se a lei municipal, e tem a formação do conselho tutelar. Teve chapas, na época a primeira conselheira foi a Arlete e eu era a vice dela. Na época quem muito lutou pelo conselho foi a Cristina Juliano, a gente lutou muito na época, fizemos as barracas na praça, não sei se tu já ouviu falar disso... Tinha uns acampamentos, a gente juntava os meninos de rua, fazíamos sopa, juntávamos eles. O quartel emprestava as garrafas, aí a gente ajudava eles.

Dentro dessas redes a liderança surgia e Gessy nos mostra que as vozes buscam não serem mais silenciadas, pelo contrário, buscam dentro de uma trajetória seus direitos. Conforme apontado por ela nas falas a seguir:

Concorri por mais quatro mandatos, fui conselheira titular e fiz meus quatro mandatos. Foi uma experiência muito árdua! Naquela época podia escolher a região, fiquei no BGV, na Mangueira. Eu gostava do trabalho, quando a gente tem conhecimento da realidade, não é morar na vila, mas é saber da onde mora. Na época o conselho não era remunerado, a gente trabalhava por amor a causa, recebia as passagens, ainda era uma briga. Eu comprei uma bicicleta e ia de bicicleta, como digo tem que gostar da causa e tem que conhecer. Quantas vezes a gente questiona a família, tem que colocar no lugar... Tu questionar uma mãe porque ela deixou o filho sozinho para ir trabalhar, tu tens que entender a realidade daquela família. Pra mim desde que tu não vá agredir, que não vá maltratar, tu não tem como fazer. [...] Eu já trabalhei na casa da mulher, nos abrigos aqui da cidade eu já trabalhei em todos,

entendesse? A gente vê as realidades, eu não quero concorrer. Eu poderia, olha onde eu tô trabalhando, na cooperativa. Teve gente que disse assim “ai, tu trabalha na cooperativa, tu trabalhava no conselho com pessoal da prefeitura..”

E sobre os espaços ocupados pela Gessy, que motiva as outras mulheres, que dialoga com autoridades e se faz presente, mesmo com tanta precariedade em seu lugar de trabalho, mesmo compreendendo a sociedade excludente e estruturalmente racista em que vivemos, ela rompe estruturas e ocupa os espaços que são nossos, que é dela por direito.

Conforme discutido anteriormente, além das desigualdades de gênero, ainda devemos pensar nas desigualdades de classe, raça, etnia, dentre outros aspectos. Cabe destacar a fala de Anne Ferguson, que propõe o empoderamento voltado para ações coletivas, ou seja, “empoderamento para a libertação”. O que se pode compreender, portanto, é que se trata de um “poder de dentro”, pois envolve, primeiramente, a tomada de consciência do seu meio social. (2004, p. 22).

Falamos de um empoderamento de si, para que isso reflita nas outras. A luta e identidade dessas mulheres estão ligadas ao coletivo, nesse caso, ao coletivo de mulheres que compõem a cooperativa Santa Rita. Ousamos ainda nomear carinhosamente de Gessy, o ponto em comum entre elas. Nenhuma solta a mão da outra. Nas palavras de Joice Berth:

Ora, se a coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elementos em comum, é intrínseco que estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos que com alto grau de recuperação da consciência de seu eu social. (BERTH, 2019, p. 52)

Figura 10 – Notícia sobre inauguração no lixão municipal. Gessy, presente!



Fonte: <https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+156ca,,prefeito-fabio-branco-inaugurou-unidade-de-triagem-no-antigo-lixao-municipal.html#.X6clcohKhRZ>

Portanto, o que podemos compreender a partir do encontro dessas três mulheres é que elas se estruturam, se movem coletivamente. É a prática do dar as mãos, no sentido figurado, é o que vislumbramos dentro do feminismo que discutimos para os nossos pares. Todos os dias elas praticam o ato de empoderar-se coletivamente, construindo-se enquanto mulheres e resistindo.

4.3. “VAIS TER QUE TRABALHAR PARA PAGAR O QUE TU COME...”

*“A tontura da fome é pior que a tontura do álcool.
A tontura do álcool nos impele de cantar.
Mas a da fome nos faz tremer.”*
Carolina de Jesus

É com a fala da Marina, que proseia conosco sobre trabalhos e sua trajetória até a chegada na cooperativa, que iniciamos e damos nome ao subcapítulo, que falamos também da presença do trabalho e a naturalização do trabalho como forma de sobrevivência e como essa sobrevivência as constitui enquanto mulheres.

Trabalhei em fábrica de peixe, casa de família, casa de família eu trabalhava sem carteira assinada né?! Eu trabalhava no centro, trabalhei muito pouco tempo. Eu trabalhei mais na fábrica. Eu comecei a trabalhar na fábrica de peixe eu tinha 13 anos, lá na barra, na Leal Santo. Antigamente menor de idade trabalhava, era normal trabalhar, e eu comecei com 13 anos trabalhar, trabalhava eu e meu pai. No caso 13 anos, o tempo antigo não é que nem hoje a gente era criada no cabresto, eu nunca me esqueço a minha mãe era muito rígida, aí meu pai já era mais na manha [...] Assim, mas a minha mãe foi muito rígida, mas eu não me queixo disso, porque se hoje eu sou a mulher que sou

eu agradeço a ela, sempre no cabresto. Era meio gordinha e ela olhou pra mim, jamais me esqueço, e disse assim: “É vais ter que trabalhar para pagar o que tu come”. Ai sabe o que que eu fiz? Eu não tinha carteira profissional né?! Eu Sai de manhã e fui, eu saí de a pé, e a gente morava em São Leopoldo, é altos e baixos assim, né? Meu pai trabalhava de noite, eu era tão novinha que usava uma chuquinha que eu não tinha quase cabelo, que eu batia de porta em porta e eu perguntava: “Por um acaso a senhora não tem alguma coisa para eu fazer? Limpar sua casa, limpar suas janelas, botar roupa na corda... Eu faço qualquer coisa só para ganhar um dinheiro porque eu preciso ir lá no centro, tirar umas fotos porque eu preciso fazer a minha carteira profissional se não eu não vou conseguir trabalhar, meu pai me disse que eu só posso trabalhar se eu tiver a minha carteira profissional.” A mulher olhou pra mim e me apresentou uma casa para limpar, “limpa esse chão todinho eu te dou o dinheiro ainda te levo lá no centro para tirar a tua foto” e como a gente aprendeu desde cedo a limpar a casa fazer a lida eu fiz aquilo ali. Assim, ela me levou no centro, me largou em pleno centro de São Leopoldo eu não sabia pra que lado ia, mas aí eu perguntei “sabe onde tira foto?” ali entrei tiraram na hora foto. E aí disse pro moço: “moço, sabe onde é ministério público?” “pra que tu quer o ministério público?” fazer minha carteira. E era menor de idade, não podia ter uma, tinha que ter o responsável, eu disse assim para ele “moço meu pai tá dormindo, se eu acordasse ele para vir comigo ele ia me bater, então que que eu faço?” O homem olhou para ele assim, mas com aquela esperteza né? eu era uma menina, eu assino. Ele assinou, né? Eu peguei a carteira, naquele tempo era foto coladinha, né? E te davam outra junto, te davam um papelzinho junto se tu perdesse a carteira tu podia fazer outra.

Marina conclui seu relato a respeito da busca por trabalho ainda muito jovem da seguinte maneira:

Sai de lá feliz, feliz, feliz e sobrou 18 cruzeiros ainda! Passei por uma fábrica de sapatos, aí estava escrito “há vagas”, eu entrei e pedi vaga. O homi deu na hora, não me esqueço um homi de cabelo crespo comprido, disse “pode vir, começa amanhã, 08h00min o horário.” E aí fui pra casa. Quando cheguei em casa tomei uma tunda de rebenque da minha mãe que ela não me perguntou onde eu tava, ela só disse pra mim “entra”. O pau pegou, guria! Jamais vou me esquecer. [...] Dali eu fui trabalhar e me emancipei por conta própria, eu sai de casa, fui morar com umas gurias que trabalhavam na fábrica, mais velhas que eu, bebiam, usavam droga e eu no meio vendo aquilo. Tinha um gurizinho pequenininho de uma delas, eu nunca usei uma droga, até hoje nunca usei droga. Eu tinha 13 anos, foi indo, foi indo eu fui trabalhar numa fábrica, sozinha vim pra Rio Grande. (MARINA)

Corroborando com a fala de Marina, Gessy nos mostra o quanto o trabalho já estava inserido de alguma forma, em suas vidas, desde suas infâncias:

Ai então vai trabalhar, tem que trabalhar, né? Um monte de irmão, a mãe já me colocou, né? Naquele tempo não tinha se podia ou não podia, se era trabalho escravo ou não, então vamo trabalha! Foi eu trabalha, tinha outros irmãos que já trabalhavam na fábrica de peixe, aí comecei a trabalhar [...] Ai tive o meu primeiro filho, ele tá com 40 anos, é 40 anos. Quando completei 15 anos eu tive ele e com bastante dificuldade e a minha mãe ali “vai trabalhar”, “tem que trabalha” e a gente sempre trabalhando, né? Ai depois arrumei um companheiro, porque o pai mesmo do meu filho não fiquei com ele, até que a minha mãe na época disse “tu tem que casar” ela queria que eu casasse. Um mês de parto “vai para fábrica trabalhar”, o capataz dizia “ela não pode trabalhar” minha mãe dizia “ela tem que trabalhar”, eu nem sabia cuidar uma criança, passei muito trabalho, uma dificuldade. Então ai minha mãe, a

gente conseguiu uma casa de família, vai trabalhar em uma casa de família... Fui eu trabalhar, minha mãe começou assim (risos) to rindo porque minhas irmãs me levavam para trabalhar na porta do serviço e iam me buscar, para não arrumar outro filho. Seguiu trabalhando. (GESSY)

Assim como Marina e Gessy, Maria também descobriu aos 12 anos de idade a necessidade de tornar-se produtiva diante ao capital:

Eu quando era solteira, eu morava com a minha irmã, fui criada com a minha irmã Isabel que mora ali na minha rua, eu vim com 12 anos, eu conheci meu marido aqui, eu casei com 20 né. aí depois dos 20 a gente casou foi indo pras granja ,e depois a gente voltamos pro mesmo lugar. Primeiro morei aqui em Rio Grande com a minha irmã, minha irmã casou e eu vim pra cá com 12 anos , conheci meu marido desde pequeno , vim pra cuidar de babá com eu vim com 12 anos . Com 20 anos eu casei com meu marido.(MARIA)

Marina, Gessy e Maria estiveram desde cedo atreladas ao trabalho como sobrevivência, constituindo assim como todas as mulheres que ocupam as camadas mais baixas da sociedade, tendo o trabalho como constituição de suas vidas, desde muito cedo e desde sempre. Como nos mostra Saffioti (2013):

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção dos bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenhavam um papel econômico fundamental. (SAFFIOTI, 2013, p.61-62)

Enquanto a luta feminista, da classe média e alta vislumbra em seus discursos a equidade dos salários, as mulheres pobres, na maioria das vezes, necessitam de melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Entre as lutas há dois grandes vilões que se entrelaçam, em ambas situações o capitalismo e patriarcado. Falar de patriarcado é falar do capitalismo, pois esse sistema econômico opressor reforça ainda mais a ideia de domínio dos homens sobre as mulheres, conforme podemos observar também ao longo das falas e histórias.

Pensar em melhores condições de trabalho para essas mulheres, que desde muito cedo estão na luta, é quebrar com uma lógica capitalista e patriarcal, é resistir e reassumir o papel de que nós mulheres podemos sim estar em todos os lugares, sociais, políticos e econômicos. Saffioti nos mostra que o modo como se dá o trabalho masculino e feminino é de uma configuração diferente:

O emprego efetivo da força de trabalho, quer de homens, quer de mulheres, configura-se de diferentes modos nos diversos tipos de formação econômico-social. Não apenas a força de trabalho, masculina e feminina, se determina de modo diferente em cada tipo estrutural de sociedade como também, nas sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, quer pré-capitalista, quer capitalista, a força de trabalho feminina determina-se diversamente da masculina. (SAFFIOTI, 2013, p.328)

Isto posto, a sociedade de classes tende a massificar as classes mais baixas, sobretudo as mulheres que pertencem a elas, fazendo com que essas desenvolvam os serviços menos remunerados, e as determinações de gênero, classe e raça ressaltam o *modus operandi* baseado na propriedade privada em que subalterniza as mulheres mais pobres e viola desde cedo os seus direitos a dignidade e a cidadania.

Carolina Maria de Jesus (1986) fala e trata de suas lutas cotidianas. Por isso, nesse momento, tratamos e dialogamos sobre as sobrevivências ou sobre as vivências das mulheres e a luta para que conseguissem tornar-se as mulheres que elas são.

E eu sentava no sol para ler. As pessoas que passavam olhavam o dicionário e diziam:

- Que livro grosso! Deve ser o livro de São Cipriano.

Era o único livro que os incientes sabiam que existia e existe. Começaram a propalar que eu tinha um livro de São Cipriano. E comentavam:

- Então ela está estudando para ser feiticeira, para atrapalhar a nossa vida. O feiticeiro reza, e não vem chuva; o feiticeiro reza, vem a geada.

Quando a minha mãe soube, avisou-me:

- É melhor você para de ler esses livros, já estão falando que é livro de São Cipriano, que você é feiticeira.

Eu dei uma risada estentórea. As pessoas que ficam esclarecidas e prudentes sabem conduzir-se na vida. (JESUS, 1986, p. 178)

O olhar do outro sobre as mulheres vem carregado de machismos e, com o trecho acima podemos recordar quantas mulheres foram queimadas como feiticeiras, bruxas no fetiche machista. Apontamos, dentro desta categoria, a dor do “ser mulher”, quando as participantes da pesquisa relatam suas lutas cotidianas para continuarem vivendo e se mantendo na sociedade estruturalmente patriarcal. Deixemos, a seguir, que elas falem de seus corpos violados, assédios e estupro. Sobre vivências...

Tinha 17 anos, e queres que conte a história toda, né? Eu saí da fábrica, estava com 17 anos na época. Saí da fábrica já era tarde, e tinha um homi atrás de mim, e eu não vi aquele homi. Ele me violentou, eu era virgem, ele me violentou e eu engravidei. Ele tem 33 anos. Aí eu conheci um rapaz que disse que ia assumir a criança e na prática não acontece. Meu pai veio de Santa Catarina, eu não fiz pré natal, eu não fiz nada, quando ele nasceu, nasceu doente meu pai disse pra mim “eu crio ele pra ti”. Eu entreguei meu filho pra ele, tá? E depois meu pai levou ele embora. A gente conversa, mas não tem aquela afinidade, tenho como irmão. Aí em seguida já engravidei do Maicon, meu filho mais velho, aí eu aprendi a ser mãe. (MARINA)

Falar sobre o ser mulher em uma sociedade que legitima a prática de estupro e permite que nos matem em “defesa da honra” dos machos, falar abertamente sobre estupro é colocar o dedo na ferida. Querem calar a nossa voz, mas a gente existe e resiste. Marina resiste!

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem o direito de desejar, não tem o direito de escolha. Pode Parecer extravagante recorrer ao estupro, a fim de exemplificar o grau extremo de poder detido pelo homem em relação à mulher. Todavia, é preciso ponderar que: 1) há milhares de estupros ocorrendo diariamente na sociedade brasileira, grande parte dos quais de autoria dos próprios pais das vítimas; 2) há relações amorosas estáveis legais ou consensuais, no meio das quais o estupro é a norma. (SAFFIOTI,1987, p.18)

A dominação masculina viola nossos corpos, objetifica. Não podemos deixar de destacar que no dia seguinte em que fiz a entrevista com a Marina, um corpo de mulher foi encontrado nas Dunas da Praia do Cassino, praia da cidade de Rio Grande, onde a pesquisa foi realizada, esse corpo não tinha nome, não tinha história, mas era um corpo violado, estuprado, que mais tarde recebeu o seu nome e também a sentença da sociedade que ainda criminaliza a mulher por ter seu corpo violado, Simone Presente!⁸

É nesse sentido que continuaremos falando sobre as vivências, experiências e sobrevivências das mulheres, como elas nos contam:

Ai fui morar com uma tia eu tinha 5 anos. Fui morar com uma tia. fiquei até uns três, quatro anos, depois fui morar com uma vó. A vó faleceu e eu voltei a morar com outra tia, né? Nessa casa da minha tia que hoje também é falecida fiquei até os 14 anos. 14 anos retornei para casa da minha mãe, né? Com essa tia estudei o 1º grau, com 14 anos fui conhecendo os outros irmãos, com 14 anos a minha tia não havia ainda falecido inventei “quero voltar para casa da minha mãe, quero morar, conhecer os outros irmão.” Voltei para casa da minha mãe, ela ainda com outros pequenos com muita dificuldade, ainda continuava trabalhando na fábrica de peixe e eu continuei estudando. (GESSY)

E continua seu relato a respeito da vida, da maternidade inesperada...

[...] eu nem sei porque cargas d'água eu fiquei, uma historia bem complicada mas que os médicos dizem que acontecem, né? De tu não ter uma relação e ficar grávida, acaba acontecendo de tu ficar grávida. Ai, né, ganhei o bebê e a vida que segue! A gente morava na Henrique Pancada, naquela ocupação sempre com muita dificuldade. Depois arrumei um companheiro e tive o segundo filho, o Rodrigo, hoje já são adultos. Eles já estavam grandes, e ai

⁸ Simone Souza Cunha, 23 anos, assassinada na Praia do Cassino no dia 02-11-2020, citamos Simone Presente, visto que o crime aconteceu nas noites em que transcrevíamos a entrevista, esse crime de grande impacto na sociedade nos mostra o quanto é importante as lutas feministas para que nossos corpos não sejam violados e não sejamos assassinadas.

começaram a tirar as pessoas da ocupação e trazer aqui para o bairro, Profurb, acho que no período de 78 /79 Tiraram alguns, argumentavam que iam tirar todos, mas não tiraram, eles chegavam lá tiravam família tudo, colocavam as casas em cima dos negócios que tinha e leva a casa com tudo. “E a gente vai colocar vocês lá no bairro” Que bairro? nem era bairro coisa nenhuma, quando a gente veio para cá eu nem sei te dizer que isso aqui era, era um buraco, areia por tudo. Não tinha ruas feitas, era bem dizer um campo onde pegaram e largaram as pessoas ali de qualquer jeito, não tinha água não tinha luz. Eu me lembro muito bem, a gente lavava roupa tinha valetão, hoje não tem condições, existe hoje, era uma água corrente e dali as pessoas tiravam água para beber, dali lavavam a roupa ali na beira da água. Tiravam as pessoas, as casas chegavam em cima daqueles triângulos que eles tinham, a maioria das casas chegavam quebradas tudo destruído, entendeu? Ai mais uma dificuldade na vida da gente: era casa destruída tudo, né? A gente veio pra cá sem luz sem tudo eles foram colocando as pessoas. (GESSY)

As histórias dessas mulheres se entrelaçam, uma aprende com a outra e ambas se ensinam. A educação, nesse caso, se dá muito além da sala de aula. Elas se protegem, se permitem cuidar e ser cuidadas umas pelas outras, assim como nos conta Marina em uma de suas falas:

[...] ai eu aprendi ser mãe, isso com 19 anos, mãe solita, até os 2 anos o genitor estava junto, e começou a me bater, me batia me batia. E eu ia na comunidade Santa Rita, e aí eu já conhecia a Gessy, e ela dizia “onde tu caiu?” Eu respondia “cai na pia, Gessy, na quina da pia” “tá bom” ela dizia. Ela me ajudava muito, eu tinha Maicom, ele mamou até os 3 anos e 3 meses. Teve um dia que não fui no grupo de mães e ela foi na minha casa, chegou e disse “não tens um chimarrão aí, Marina?” Eu respondi “nem tomo chimarrão, Gessy” e ela “mas na igreja tu toma”. Ela disse assim “mulher não precisa de homem pra sobreviver, pensa nisso. Eu só vim na tua casa para ver se tu tinhas pia.” Dali eu me separei, eu já tinha 2 filhos, eles tem diferença de 3 anos, eu tive seis filhos e perdi dois. Aí depois que eu me separei foi quando ele começou a me agredir mais, não aceitou a separação, ele usava droga, fui embora, eu fugia e ele me batia. Eu ia bater na casa da Gessy de madrugada, ela me acolhia, naquele tempo não tinha casa de acolhida, ela me levava para casa dela, era perto as casas. Muitas vezes parei na casa dela com um na cintura e outro pela mão. (MARINA)

*Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar
Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: Péguixguixguixguix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim;
Elza Soares*

Portanto, nesse contexto em que falamos de seus trabalhos e sobre suas vivências, utilizamos Saffioti para dialogar conosco na construção de um subtítulo dolorido e de resistência.

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces: [...] a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade. (SAFFIOTI, 2015, p. 113)

Corroborando com a fala de Federici (2019), proporcionar prazer aos homens é uma parte essencial do que se espera de uma mulher, observamos, na prática que nossos corpos enquanto mulheres não nos pertencem. Pela ordem das bicadas, os machos comandam e nós devemos obedecer.

Piedade (2017) fala das representações das mulheres na tradição ocidental, desde os primórdios, que são de que nós fomos feitas da costela de Adão, o que nos transformou em um apêndice, mulheres função-propriedade. Propriedade do macho que mata as mulheres no seu cotidiano, que perpetua a ideia que nossos corpos não nos pertencem, ditando políticas e modos que devemos seguir.

Quando compreendemos a estrutura do patriarcado, compreendemos também enquanto mulheres de luta a importância da cooperativa, em um contexto não somente físico, mas que abriga luta e afetividade. Compreender o processo de exploração dos nossos corpos, da nossa subalternização e da necessidade de libertação das amarras do patriarcado é algo explícito na fala dessas mulheres de luta.

E, para que possamos fundamentar e compreender conceitos, enfatizamos a fala de Saffioti (2015, p. 47) que nos aponta que o patriarcado “é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens.” E, considerando o contexto das falas, compreendemos que falamos no âmbito público e privado, onde tentam retirar de nós o poder de decisão sobre os nossos próprios corpos, conforme um dos relatos.

Marina resistiu e resiste diariamente aos arroubos do patriarcado, esses que recaem com mais força aos corpos das mulheres, sobretudo as pobres, apesar das investidas exercidas pelo patriarcado e sobre a dor de ser mulher que carregamos, Marina se constitui forte e como ela narra, foram as dores que fizeram tornar uma mulher batalhadora. Uma mulher que construiu sua casa, em que vive com seu filho de 5 anos, lugar que pude conhecer, porque nesse espaço é que fizemos a entrevista, onde pude encontrar e aprender sobre resistir.

4.4. “O NOSSO TRABALHO É NA MAIORIA SÓ MULHER [...]” DIFERENTES MULHERES: O TRABALHO NA COOPERATIVA

No primeiro momento, perguntamos sobre a chegada, como conheceram e como surgiu a iniciativa da cooperativa. Sabemos que esse trabalho é fruto de muita luta, da busca incansável dessas mulheres para tornarem-se mulheres independentes, donas de si – cada uma de seu modo, com suas particularidades – e construírem suas identidades. Portanto, falemos do que antecedeu a chegada, destacando, primeiramente, o início da cooperativa e o ativismo da dona Gessy:

Terminou o mandato do conselho, retornei para o grupo de mães do bairro. A gente sempre teve uma boa relação, a gente tava reunidas, aí apareceu na época a professora Marcia, acho que era da Universidade e o professor Marcos. Estavam fazendo um trabalho de arqueologia na Chácara do Seu Helder, porque essa chácara teve escravos trabalhando, né? [...] Um dia veio o professor Marcos e a professora, e perguntou “e essas pessoas da onde são? E eu disse “tem gente de tudo quanto é lugar, alguns são catadores, né?! Trabalham com o lixo recolhendo”, aí ela começou a colocar ali fazendo a história, aí ela disse “tive conversando com o pessoal da prefeitura, gurias. Vocês não teria vontade de formar uma associação, uma cooperativa? Eu disse “de que a cooperativa?” “Uma cooperativa de reciclagem.” (GESSY)

Gessy continua dialogando conosco a respeito da construção da cooperativa, local em que atua desde a fundação. Participou do engajamento para que esse trabalho, não somente para si, mas também pensando nas mulheres que entrelaçam sua história acontecesse. Seguimos conversando sobre a criação e as indagações:

Mas como se a gente não tem nada para trabalhar? E a professora disse “o material vocês vão ter.” Assim, oh... Na época a Rio Grande Ambiental⁹, devia para o município, tinha uma compensação ambiental. Eles teriam montado toda uma estrutura no antigo lixão, onde tinha a esteira, tinha as prensas tudo direitinho para poderem montar uma cooperativa, tudo o que precisava. Então ela falou “quem sabe vocês montassem uma cooperativa?” Ai eu digo “Mas como?” “Ai ela disse “vamos se reuni!” A gente se reunia todo final de semana. Eles trouxeram material, a gente se reunia estudando aquele material, vendo o que era uma cooperativa. Eles trouxeram um pessoal para fazer a formação para explicar o que era. Participava a Marina, a Maria, a Neuza, uma turma participava e fizemos essa formação, né? Ai eles fizeram uma pergunta “Vocês acham que já tá pronta? Podemos formar a cooperativa?” Eu respondi acho que sim. (GESSY)

Ai ela disse “mas antes de formar, a gente vai fazer uma visita”. Fomos a Novo Hamburgo, não lembro se foi um ou dois ônibus... Minto, antes de formar a cooperativa fizemos um levantamento de pessoas que trabalham com a

⁹ Rio Grande Ambiental: empresa terceirizada responsável pela coleta de resíduos sólidos na cidade do Rio Grande.

reciclagem [...] Aí veio em torno de 110 pessoas, escreveram essas pessoas que gostariam de trabalhar na cooperativa. Aí fomos para Novo Hamburgo visitar as cooperativas, passemos o dia lá vendo como as pessoas trabalhavam, o que era uma cooperativa, Foi muito bom! Quando retornemo fizemos a fundação da cooperativa em 2012. 5 de junho de 2012 nos começamos a trabalhar, em março de 2012 a gente fundou, com uniforme e tudo. Aí então começamos. Experiência para trabalhar não tínhamos muito e até 2018 ficamos no antigo lixão e depois foi para lá (nova sede). (GESSY)

Ah, no caso meu trabalho é muito importante! Meu trabalho é como se eu fosse o presidente e a cooperativa é o meu Brasil, As pessoas não dão importância, trabalha no lixo é lixeira. As pessoas não têm noção do que a gente faz para chegar até ali. Tudo o que eu tenho agradeço a cooperativa. (MARINA)

“Eu gosto de estar no meio da mulherada, pra mim o trabalho da cooperativa é muito valorizada.” É com esta fala de Gessy que dialogamos com as mulheres a respeito de sentimentos. Como elas se sentem enquanto mulher trabalhando na cooperativa. As falas nos emocionam, nos transmitem esperança e nos movem a continuar a dialogar com todas as mulheres, por meio de uma pesquisa militante que alcance e mobilize as mulheres de diferentes espaços e, que por meio das esperanças propagas e construídas por essas mulheres, elas vão se educando entre si, construindo com as muitas mulheres que passaram e passam por esse espaço e se constituindo e reconhecendo enquanto mulheres.

Foi acho que a sorte, a sorte porque eu tava precisando de serviço, a sorte porque eu to até agora, to um monte de ano. Eu me sinto bem, vou bem arrumada e bem pintada, me sinto que to bem faceira e toco a minha vida, sempre fui assim e lá ganho o meu sustento. Eu preciso daquele serviço, eu até oro. É um serviço digno, não me acho que teja, às vezes pessoas dizem que to no lixo, eu não me acho um lixo. Eu vou bem pintada, bem limpa, como todo mundo vai para um serviço qualquer, eu não me sinto, eu sinto que to no serviço digno que ganho o meu salário para me sustentar. (MARIA)

Olha eu me vejo igual às outras, me sinto realizada. Não me envergonho. As pessoas dizem pra mim “ah, porque tu já trabalhou ali, tu é louca!” Não sou louca, to ali, estou fazendo o trabalho, eu não, nós todas estamos fazendo um trabalho para o meio ambiente. Olha, vai fazer um levantamento do que a gente já produziu, a gente já limpou o meio ambiente. Então eu me sinto realizada e gosto de trabalhar com mulher, eu fui sempre a questão de defender as mulheres, isso pra mim assim. E o nosso trabalho é na maioria só mulher, eu conheci mulher, de todas mulher, diferentes mulheres, de diferente situação. Me chamam de Madre de Calcutá porque eu estou sempre ajudando. Aí dizem “ah, porque ela fez isso ou fez aquilo”, pra mim não me interessa, eu sempre fui essa questão de defende a mulher, tanto que eu quanto mulher eu me defendo, não deixo ninguém jamais me ofender me agredir, não aceito, e defendo qualquer mulher não aceito. (GESSY)

Até a chegada à cooperativa, cada mulher foi criando suas possibilidades, resistindo e lutando do jeito que conseguiam, até que se encontraram. Não foi o destino, foi a luta. Falar sobre a chegada e construção da cooperativa torna-se fundamental, assim

como falar como essas mulheres se sentem enquanto mulheres e como enxergam o seu trabalho.

A chegada na cooperativa também antecede uma série de acontecimentos na vida de cada uma e modifica a percepção e visão que elas têm de mundo e, nos permite enxergar e compreender, na prática, a sororidade e, mais além, a dororidade.

Tudo isso proporcionou a essas mulheres uma nova experiência de viver, uma forma mais branda de luta, em que uma com a outra seguem, uma forma de liberdade. É o mover-se para além das amarras capitalistas que as subalternizam. Assim como Gerbara (2000) nos mostra na mobilidade da senzala feminina.

Mover-se parece ser libertar-se. Mover-se parece ser buscar, novas alternativas de vida e de liberdade. Liberdade precária...Liberdade frágil...liberdade que é mais um “livra-se “das situações difíceis e insuportáveis Liberdade pragmática, utilitária, dramática, doméstica... (GERBARA, 2000, p.21)

Mover-se para essas mulheres é resignificar as dores do cotidiano, as lutas diárias, sejam elas melhorias de âmbito público, como narrado por uma das entrevistadas, ou por melhorias no espaço privado que traz significantes resultados na luta contra violência doméstica.

Ainda Gerbara (2000) nos mostra que a situação ruim não pode ser uma situação estável e aceitável. Ela não é um destino do qual não se pode sair e por isso que a gente tem que se mover e sair do lugar, buscar saídas e caminhos diferentes. Desse modo, vemos fatos e experiências que antecederam a chegada dessas mulheres e, posterior a isso, os diferentes relatos que se encontram com a construção da cooperativa.

Para nós catar e reciclar é importante e digo para elas “olha quanto o nosso trabalho é importante para o meio ambiente, olha que a gente faz com essa coleta seletiva” que entre aspas ainda não é uma coleta seletiva, existem pessoas que tentam fazer com que esse lixo chegue lá selecionadinho, limpinho, separadinho. Mas a grande maioria não tem noção ainda o que separar teu lixo em casa, tu vai separar teu lixo não vai colocar a casca de batata, a erva mate, isso acontece muito. Vem a lata de tinta junto, derrama contamina tudo, vem garrafa de óleo mau fechada e acaba contaminando os outros materiais, vem papel higiênico no meio dos outros materiais. Falta conscientização das pessoas e quem pode fazer isso, é nós, os cooperados. O município tem que fazer a parte dele de conscientizar as pessoas, não só passar o caminhão, o coletor abre mistura tudo, eles olham e misturam tudo. (GESSY)

Eu vejo é muito livro que vai pra lá, a gente separa as coisas. Foi lá que eu aprendi a reciclar pra mim, sou catadora de rua com muito orgulho! Eu junto as garrafas quando vou trabalhar bem cedo, separo tudo bem direitinho e vendo. As pessoas dizem que eu cato tudo. Eu digo com muito orgulho, eu tenho 4 filhos, 3 meninas e 1 menino. A minha história é bem importante

porque eu vim pequena para cá para ajudar a minha irmã e as minhas sobrinhas são professoras. Eu me sinto assim, aquele serviço pra mim é tudo, eu me sinto bem, eu estudo porque é importante. A gente passa cada coisa, mas eu sou evangélica, tenho Deus. (MARIA)

As falas de Gessy e Maria nos mostram a importância do trabalho da reciclagem, reciclar é trabalhar em um mundo de possibilidades, também conseguem contar com o seu valor, como um gesto de não conformismo com uma situação de opressão. Essas mulheres buscaram uma saída organizada, acharam na cooperativa uma forma de mover-se, de visar um mundo de possibilidades em um trabalho que para elas e para nós é de grande valia. E reconhecer que:

A estrutura social de exclusão revela assim no fundo, existe uma parcialidade social marcada não só pela diferença entre as classes, mas também pela diferença sexual tornada cultura. Essa última diferença toca na organização mais elementar da cidadania, revelando o quanto não se trata apenas de aceder aos benefícios da organização social e política vigente, mas de mudá-la na linha do respeito real as diferenças. (GERBARA, 2000, p. 72)

Portanto a construção de uma cooperativa, o trabalho entre mulheres e a importância do trabalho delas para a cidade de Rio Grande faz com que as diferenças sociais sejam respeitadas e principalmente valorizadas, na compreensão de que cada papel social é importante para a manutenção e equilíbrio, nesse caso mais pontual do meio ambiente e, também, do social.

E finalizamos não somente essa, mas todas as categorias com o aconchego do lar... O lar construído pelas mãos da própria mulher e a vontade de ter seu canto, construído com as coisas encontradas no lixão.

Figura 11– O lar



Fonte: acervo da autora (2020)

Figura 12– O lar que nos acolhe



Fonte: acervo da autora (2020)

Deixamos a foto do lar expressa nas últimas partes dessa pesquisa porque aqui fomos acolhidas, aqui fizemos o trabalho de escuta e nos emocionamos juntas ao

ouvirmos a história umas das outras. Todas as categorias criadas ao longo desse trabalho foram histórias ouvidas de maneira informal, ao longo das idas à cooperativa, mas nessa casa, onde o trabalho foi feito formalmente, serve como representação da luta dessas mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O conhecimento de sua história permite a apreensão
do caráter histórico do patriarcado*
Heleieth Saffioti

Ao me encontrar com o tema, reflito debruçada nas palavras de Saffioti (2015), quando nos diz que não somos nós quem o escolhemos, mas ele nos escolhe. O tema, as mulheres que compõem a pesquisa, minhas ancestrais e irmãs de luta me ajudaram a construir minha identidade, assim como as mulheres da cooperativa ajudam a construir umas às outras.

Primeiramente, como conclusão, eu digo para quem um dia tentou arrancar de mim o sonho da escrita: eu sei escrever! Eu sou da luta, eu acordo todos os dias e me divido entre sobrevivência e escrita. Reflito, portanto, que realizar a escrita foi o passo mais importante. Recordo-me dos encontros com as amigas, com companheiras de mestrado e com a minha orientadora, recordo-me de quantas vezes tivemos essas conversas e repito: Eu sei escrever!

Concluir a dissertação e refletir sobre a mulher que me tornei é falar sobre empoderamento, é falar sobre descoberta e abrir possibilidades para continuar na luta acadêmica e pela socialização desse espaço. Concluir a escrita é, sobretudo, meu ato de luta e reconhecimento. Quem eu sou está aqui, quem está aqui também são essas mulheres que lutam cotidianamente para levar o seu sustento. Nós estamos aqui, juntas.

Além disso, a luta cotidiana se entrelaçou com os referenciais teóricos utilizados nesse trabalho e proporcionaram o fortalecimento do debate a respeito das mulheres e o trabalho, possibilitando a compreensão da lógica capitalista e patriarcal que resulta na exclusão das mulheres, do trabalho e, sobretudo as mulheres mais pobres. Portanto, concluo a pesquisa reconhecendo a luta, dororidade e o direito de ser que essas mulheres conquistaram e conquistam todos os dias. Constroem suas casas com as próprias mãos, conquistam lugar de poder e espaço de fala. Raridade quem nessa cidade nunca teve o prazer de ouvir a Gessy falar.

Essa pesquisa nos proporcionou um diálogo mais estreito com as mulheres que trabalham na cooperativa, precisamente a condição de se falar de feminismo além dos muros da escola e da academia, possibilitou que enxergássemos a construção de suas identidades e, para, além disso, nos aproximou de um feminismo que não está posto, nos

colocou próximo de um feminismo construído a partir da prática, sendo essas mulheres políticas ou apolíticas.

Estar entre essas mulheres ressignifica a nossa luta feminista e proporciona aprender na prática os desejos de sororidade e dororidade que nos é muito caro, mas que muitas vezes compreendemos tão bem, pois falamos de dentro do muro acadêmico. Acreditar que é possível um feminismo para todas, proporcionar nessa dissertação o lugar de fala dessas que são invisíveis para nossa sociedade, que vivem à margem e tem seu trabalho estigmatizado é dar nome, ouvir e dar a vez às mulheres que fazem um trabalho de grande essência para a sociedade.

A relevância dessa pesquisa, após realizada, justifica-se na visibilidade das mulheres que são consideradas na sociedade de classes como subalternas, que trabalham nos bastidores do capitalismo, para sua manutenção. Entender que nesse processo capitalista enquanto alguns estão no topo da pirâmide oprimindo, existe uma grande parcela da sociedade que sobrevive de migalhas.

Essa escrita, iniciada no ano de 2018 e finalizada em 2020, em um contexto de pandemia, tendo que lidar com as particularidades do momento, e em um governo neoliberal que pouco se importa com a vida desses cidadãos invisíveis, que inclusive banalizou o momento e as nossas dores, é transgredir à luta e fazer com que as vozes ecoem por entre as redes, por entre os espaços que comumente não circulariam. O tempo de pesquisa nunca é aquele que desejávamos, afinal quando se está no campo, há sempre o desejo de estar mais.

A escuta de três mulheres apenas, ou seja, apenas uma parcela desse contexto tão gigante que é o trabalho de mulheres catadoras, acendeu o desejo de escutar todas aquelas vozes que se mantiveram trabalhando durante um período em que praticamente todo mundo parou, em que boa parte da população teve o privilégio de cumprir pelo menos parte de sua quarentena em casa, com sua família, e o quanto ainda temos de ouvir, aprender a praticar a escuta. Temos muito a dizer enquanto pesquisadores, mas é o momento de ouvir as vozes que ficam à margem da sociedade, há muito para ser dito e ensinado a nós sobre ser mulher nessa sociedade de classes, e principalmente ser mulher trabalhadora e periférica.

Ainda apontamos aqui as violências sofridas por essas mulheres e as dores contadas que fazem com que a gente, nesse momento, não deixe obviamente de ressaltar que o índice de violência contra mulheres tem aumentado consideravelmente nesses

últimos dias, assim como já citamos anteriormente a morte violenta de uma mulher enquanto estávamos no processo dessa escrita.

Falamos e tratamos disso com propriedade, pois convivemos diariamente com mulheres em nossas relações. Falamos das violências sofridas principalmente nesse período de pandemia, em que as mulheres ficam à mercê de seus parceiros em um momento tão conturbado do nosso país. Não estamos seguras nem onde deveria ser o nosso lar.

Digo ainda que é impossível sair desse processo de pesquisa as mesmas que entramos, pois são tantos os conceitos e transformações, foram alguns momentos compartilhados com essas mulheres... Remeto-me ao momento em que comíamos um cachorro-quente e tomávamos um refri na sala de aula delas, que fica dentro do espaço da cooperativa. Remeto-me ainda ao momento em que uma delas nos pedia o que sobrou porque estava sem gás em sua residência há dias.

Há ainda muito material a ser estudado, analisado, mas delimitar esse curto espaço de tempo, atravessado ainda pelo período de pandemia, mas, por hora, apontamos que nosso processo de visão de mundo torna-se mais amplo e dialógico e principalmente de luta a partir dessas vivências.

Ouvir dessas mulheres que ainda crianças conheceram a realidade do trabalho, que conhecem desde cedo a violência, a luta, a violação de seus corpos, e que desde sempre foi assim, tempo de trabalho, “tem que trabalhar para ter o que comer” nos provoca ainda mais a inquietude das relações do capitalismo e patriarcado que nos ensina muito cedo a fazer a lida da casa porque posso vender essa mão de obra.

O pouco tempo para realização da pesquisa nos leva a repensar e pensar e futuramente provoca em nós o desejo de realizar junto com essas mulheres ações, para que possamos partilhar nossos aprendizados. Os livros no lixo, para elas às vezes é luxo. Ir maquiada para o seu trabalho já nos aponta para a importância que essa pesquisa, suas falas, encontros e amorosidade tem na vida dessas mulheres, cada uma com sua particularidade.

Começamos a pesquisa por meio das inquietações, de um feminismo que a priori não chega nas mulheres que estão fora da academia, e finalizamos a pesquisa no lar, acolhida por uma dessas mulheres para que elas pudessem contar suas histórias e que elas ecoem aos ouvidos de outras mulheres, de homens, de pessoas que precisam saber que há luta em todos os espaços.

Concluimos a pesquisa com lágrimas nos olhos e esperança no coração. Esperança

em ver as salas de aula e o amor com que elas falam dos livros que recebem. Das educações que acontecem em todos os espaços e do empoderamento que cada uma tem dentro de si, mas que foi construída de forma coletiva, refletindo no privado de cada uma. O encontro delas não foi em vão, nosso encontro com elas acendeu a chama da luta.

6. REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In.: Fuente, Alejandro de la; ANDREWS, George Reid, (Coord.) **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.p. 75-118
- BIROLI, Flávia, **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**-São Paulo:Boitempo,2018.
- BARBIERI, Mirta. **Representaciones de lo femenino em los 90: de madres e hijas, abuelas, tías y hermanas**. 1ª ed. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é Educação Popular?** São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CASTRO, Amanda Motta. Fios, Tramas ,cores ,Repastos e inventabilidade.A formação de tecelãs em Resende Costa,MG. 2015. 230 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- CASTRO, Amanda Motta ; CAETANO, M. . Dilma Rousseff: as eleições e a lógica androcêntrica na política brasileira. REVISTA ÑANDUTY, v. 6, p. 23-45, 2018
- CAETANO, M. ; LUCAS, C. H. ; CASTRO, Amanda Motta . Gênero, sexualidade e diversidade sexual: pautas necessárias à educação. In: Carlos Henrique Lucas. (Org.). A vida (re)inventada: Pensamento e transformação do Presente. 1ed.Salvador: , 2019
- CENTRO Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. Almira Rodrigues (Org.), Íaris Cortês (Org.) -- Brasília: LetrasLivres, 2006. 128p
- CEPAL Comisión Económica para América Latina y el Caribe.**Mujeresafrodescendientesen América Latina y el Caribe: Deudas de igualdad**. Santiago, Chile: Publicación de lasNaciones Unidas, jul 2018.
- COLLINS, Randall. Mulheres e a produção de cultura de *status*. In.: LAMONT, Michèle; FOURNIER, Marcel (Org.).**Cultivando diferenças: fronteiras simbólicas e a formação da desigualdade**. Tradução Renata Lucia Bottini. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015. p. 285-306
- PREFEITURA de São Paulo. RECOMENDAÇÕES PARA CATADORES E TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E À POPULAÇÃO DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/nota_tecnica_03_dvsat_materiais_reciclaveis_v3.pdf>. Publicado em 07/04/2020. Acesso em 20/07/2020.
- CONSELHO Nacional de Ministérios Públicos. Diretrizes Técnicas e Jurídicas para a Coleta Seletiva e Triagem de Materiais Recicláveis durante a Pandemia de COVID-19.

Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2020/maio/26-05_DIRETRIZES_COLETA_SELETIVA_E_COVID_FINAL_1.pdf>. Publicado em: 26/05/2020. Acesso em 20/08/2020.

CNJ Conselho Nacional de Justiça. **Lei Maria da Penha**. 2007. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/lei-maria-da-penha/>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

COSTA, Bianca A. Lima; NEVES, Magda de Almeida. **Empreendimentos de reciclagem**: as mulheres na economia solidária. Nesol-núcleo de Economia Solidária Usp: O discurso da prática de economia solidária, São Paulo, v. , p.1-17, 16 maio 2007. Anual.

FARIAS, Bruno Cesar Fernandez. **O(s) porquê(s) da não inserção dos grupos de catadores que atuam nas unidades de triagem (UT's) do sistema de coleta seletiva municipal no planejamento e na gestão dos resíduos sólidos em Rio Grande (RS), Curitiba, 2019. 276-310.**

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**. 1a Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta Feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019..

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 214p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos possíveis**. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 400p.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da Senzala Feminina: Mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo**. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2000. 111p.

GEERTZ, Clifford, 1926- **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008. 323p.

GONZALEZ, Leila. **Racismo, Sexismo Na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p223-244.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas** / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. P. 15 -30.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.)

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Cad. Pesqui.* 2007, vol.37, n.132, pp.595-609.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, PHILIPPE. O conceito do trabalho. In. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas** / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. P. 65-70.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luíza Libânio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de Despejo. Edição Popular. São Paulo: Editora Saraiva. 1960.

JESUS, Carolina Maria. Provérbios. São Paulo: Editora Saraiva. 1963.

JESUS, Carolina Maria. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas** / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. P. 55-64.

LUZ, Alex Faverzani; FUCHINA, Rosimeri. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho**. Trabalho apresentado e publicado nos anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS . Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da Imagem**. 1ed.-São Paulo: Contextos 2009

MNCR. <http://www.mnrc.org.br/>

MOREIRA, Luiza de Mileo. Vida e Trabalho de Mulheres Catadoras de materiais recicláveis e suas relações com economia solidaria. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade, Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando o nó : a experiência de auto-organização das mulheres catadoras dos materiais recicláveis do Estado de São Paulo. 2017. 196 f. **Tese**(Doutorado) - Curso de Doutorado em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PERROT,Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**/Tradução Viviane Ribeiro-Bauru-Sp:EDUSC, 2005.520p.

ROSSA, Marga Jolantha. Do desemprego à usina: Aprendizagens e Narrativas no Mundo vivido das catadoras de materiais recicláveis. 2013. 129 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Educação, Unisc, Santa Cruz do Sul, 2013.

SANTOS, A. C. A. (2000). **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história.** *Revista Via Atlântica*, 4, 1-10.

SAFFIOTI, Helleieth I. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 106p.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/3OBb-PZ>>. Acesso em: 20 janeiro. 2021.

SESCOOP RS, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande Do Sul (Sescoop/RS). O que é cooperativismo. 2019. Disponível em: <<http://www.sescoopr.s.coop.br/cooperativismo/o-que-e-cooperativismo/>> . Acesso em 10 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de; SILVEIRA, Sonia Bittencourt. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade. **Veredas On-line.** Juiz de Fora: PPG Linguística UFJF. Temática 1/2012, p. 149-165.

OLIVEIRA, Artur Santos Dias De. Lixões: **O preço da Ignorância.** Rio Grande. Salesianos, 1992. 90p.

PEDUZZI, Pedro. Covid -19 gera dificuldades para catadores de materiais recicláveis...

VÈRGES, Françoise. Um feminismo decolonial. Trad. Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: UBU Editora, 2020. pág. 15-27.

ZITKOSKI, Jaime José. A formação universitária contemporânea: olhares em uma perspectiva interdisciplinar. In.: ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge; KARPINSKI, Raquel (Orgs.). A formação de professores na contemporaneidade: perspectivas interdisciplinares. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2017.

ANEXO I

Questões para realização da entrevista semiestruturada:

1. Nome e idade:
2. Estado civil? Possui Filhos?
3. Há quanto tempo você chegou aqui na cooperativa??
4. Quais outros trabalhos você já teve ao longo da vida? Possuiu outro trabalho? E qual foi?
5. Quais os motivos que a levaram a participar da cooperativa?
6. Percebe a importância do seu trabalho para sociedade?
7. Para você como é ser mulher no ambiente de catação?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: _____

Pesquisador Responsável: _____

Telefone para contato do pesquisador(a): _____

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa (*informar o problema específico da pesquisa*) é (*descreva de forma breve os motivos e a importância, etc.*) _____. A pesquisa se justifica (*justifique de forma breve a justificativa da pesquisa*). O objetivo desse projeto é (*coloque o seu principal objetivo*) _____. O(s) procedimento(s) de coleta de dados será/serão da seguinte forma: (*explicitar como serão coletados os dados: entrevistas, questionários, etc., e a frequência que o(s) participante(s) será/serão requisitados*).

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____. Fui informado(a) pelo(a) pesquisador(a) _____

dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar

obter de mim, de minha família, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local e data: _____/_____/_____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Cristiane Troina Ferreira, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdu, da Universidade Federal do Rio Grande FURG, convido você para participar da pesquisa “Vivências de Catadoras de Material Reciclado na Cooperativa Santa Rita” sob orientação do Prof^a. Dr^a. Amanda Castro Mota

Desde já esclarecemos que sua participação nesta pesquisa é voluntária e que a qualquer momento você poderá desistir de participar do estudo, retirando seu consentimento. Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins de divulgação científica, proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Educação.

A proposta que apresento busca compreender como as mulheres que se ocupam da catação na cooperativa de reciclagem Santa Rita, reconhecem suas identidades atreladas a esse mundo do trabalho. Vislumbrando responder, portanto, quem são essas mulheres que ocupam a cooperativa e como elas reconhecem suas identidades atreladas ao trabalho de catação e discutir o processo de construção identitária dessas mulheres; qual o lugar que as mulheres ocupam na cooperativa; identificar a percepção sobre o mundo do trabalho dessas mulheres.

Cristiane Troina Ferreira
RG 109110284
Mestranda em Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdu
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Cel.: 53991234655

ANEXO IV
TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu Maria Juxaci da Rosa,
CPF [REDACTED], RG [REDACTED], depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, AUTORIZO Cristiane
Troina Ferreira (RG [REDACTED] aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEdu (Matrícula [REDACTED], turma 2018), da Universidade Federal do Rio Grande
FURG, a utilizar em sua pesquisa a entrevista por mim concedida nas seguintes
condições: presença dos nossos nomes ; fotos, filmagens, depoimentos, gravações para a
sua investigação, tornando as informações por mim prestadas de caráter público (artigos,
participação em eventos, etc.).

Rio Grande, 31 de outubro de 2020

Maria Juxaci

Assinatura do Participante

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu Gessy Chaves [redacted],
CPF [redacted], RG [redacted], depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, AUTORIZO Cristiane
Troina Ferreira (RG [redacted]), aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEdu (Matrícula [redacted], turma 2018), da Universidade Federal do Rio Grande
FURG, a utilizar em sua pesquisa a entrevista por mim concedida nas seguintes
condições: presença dos nossos nomes ; fotos, filmagens, depoimentos, gravações para a
sua investigação, tornando as informações por mim prestadas de caráter público (artigos,
participação em eventos, etc.).

Rio grande, 31 de outubro de 2020

Gessy Chaves [redacted]

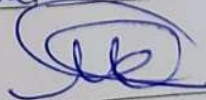
Assinatura do Participante

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Marina Jones [redacted],
CPF [redacted] RG [redacted], depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar
ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo
de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo,
os pesquisadores Cristiane Troina Ferreira [redacted], aluna do Programa
de Pós-Graduação em Educação PPGEdu (Matrícula [redacted], turma 2018), da
Universidade Federal do Rio Grande FURG, do projeto de pesquisa intitulado "**Vivências
de Catadoras de material reciclado na Cooperativa Santa Rita**" a realizar as fotos
e/ou recolher cópias que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer
ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos)
e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,
obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e
adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto
Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Rio Grande 31 de outubro de 2020



Assinatura do Participante

ANEXO V

Bom eu sou a Marina, meu nome é Marina Inês Viguel Menezes, eu tenho 49 anos, sou solteira e trabalho na cooperativa Santa Rita faz desde que inaugurou, oito anos vai fazer já oito anos, já tem oito anos, todo esse tempo.

Como é que tu chegou lá como é que foi sua chegada até a cooperativa?

Como eu participava da comunidade de Santa Rita aqui igreja católica e eu participava ali fazendo costura gente fazia brincadeira que acompanhava umas mulher na Pastoral da Criança pesava e a gente, eu ia sempre ali, tinha um casal que ia ali que eram os dois professores da FURG que eles foram para ver uma fazer uma pesquisa sobre ali na outra rua, tem sobre os escravos, que é um espaço que era dos negros e esse é muito antigo, que tem na entrada ali aqui pertinho e tem ali sobre eles eles foram ali na igrejazinha perguntaram se a gente queria fazer sabão e a gente ficou toda empolgada que o negócio de fazer sabão. Tinha Gei, tinha bastante mulher, aí na chegada delas lá eu dei uma afastada negócio da religião, entendesse fiz obrigação, não estava participando, eu saí da obrigação e a Gessy teve aqui e disse pra mim “estão fazendo uma chapa tu não queres participar, Marina vamos participar, tu não estás trabalhando é um meio de ganhar dinheiro, tu conhece o material”, aquela história toda, eu disse “tá, vamos.” Vamo, Gessy, comecei a participar das reunião, nenê? Nesse meio tempo apareceu o camarão, era safra do camarão, e a gente ia descascar o camarão na Cohab IV, ia eu a Gessy, a maioria das mulheres da comunidade Santa Rita e que iam trabalhar na cooperativa também descascavam o camarão e lá no Camarão aquela brincadeira sempre rindo e brincando graças a Deus a gente tem alegria, nenê? A gente vê, a gente vinha todas cheirando camarão, mas a gente vinha para reunião até o dia da inauguração. Inaugurou a cooperativa nos fomos trabalhar na cooperativa, foi assim que começou.

Trabalhei em fábrica de peixe, casa de família... Casa de família eu trabalhava sem carteira assinada, né? Eu trabalhava no centro, trabalhei muito pouco tempo. Eu trabalhei mais na fábrica, comecei a trabalhar na fábrica de peixe eu tinha 13 anos, lá na barra, na Leal santo. Antigamente menor de idade trabalhava, era normal trabalhar, e eu comecei com 13 anos trabalhar dentro da Leal Santos. Trabalhava eu e meu pai. No caso 13 anos, o tempo antigo não é que nem hoje a gente era criada no cabresto, eu nunca me esqueço, a minha mãe era muito rígida aí meu pai já era mais na manha, assim, mas a minha mãe foi muito rígida, eu não me queixo disso, porque se hoje eu sou a mulher que sou eu,

agradeço a ela. Ai ela sempre foi muito rígida, sempre no cabresto era meio gordinha e ela olhou pra mim já mais me esqueço e disse assim: “È vais ter que trabalhar para pagar o que tu come, ai sabe o que que eu fiz? Eu não tinha carteira profissional, nenê? Ai eu Saí de manhã e fui, eu saí de a pé, e a gente morava em São Leopoldo, é altos e baixos assim, nenê? Meu pai trabalhava de noite, e eu saí de a pé, eu era tão novinha que usava uma chuquinha que eu não tinha quase cabelo. Que eu batia de porta em porta ,e eu perguntava “por um acaso a senhora não tem alguma coisa para eu fazer? Limpar sua casa, limpar suas janelas, botar roupa na corda, eu faço qualquer coisa só para ganhar um dinheiro porque eu preciso ir lá no centro tirar umas fotos porque eu preciso fazer a minha carteira profissional se não eu não vou conseguir trabalhar, meu pai me disse que eu só posso trabalhar se eu tiver a minha carteira profissional, então eu preciso.” A mulher olhou pra mim e me apresentou uma casa para limpa, “limpa esse chão todinho eu te dou o dinheiro ainda te levo lá no centro para tirar a tua foto” e como a gente aprendeu desde cedo a limpar a casa fazer a lida eu fiz aquilo ali assim, ela me levou no centro me largou em pleno centro de São Leopoldo eu não sabia pra que lado ia, mas aí eu perguntei “sabe onde tira foto?” Ali entrei, tiraram na hora foto e aí disse pro moço: “moço se sabe onde é ministério público?” “Pra que tu quer o ministério público?” “Fazer minha carteira” e ele disse assim para mim “tu vai para essa rua aqui e tu dobra e tu vai ver uma placa bem grande” e era menor de idade não podia ter uma tinha que ter o responsável, eu disse assim para ele “moço meu pai tá dormindo, se eu acordasse ele para vir comigo ele ia me bater, então que que eu faço?” O homem olhou para ele assim, mas com aquela esperteza, nenê? Eu era uma menina, “eu assino”, ele assinou, eu peguei a carteira. Naquele tempo era foto coladinha, nenê?, e te davam outra junto , te davam um papelzinho junto se tu perdesse a carteira tu podia fazer outra .

Saí de lá feliz, feliz, feliz e sobrou 18 cruzeiros ainda. Passei por uma fábrica de sapatos, ai estava escrito “há vagas”, e u entrei e pedi vaga, o homi deu na hora! Não me esqueço, um homi de cabelo crespo comprido, disse “pode vir, começa amanhã, 08:00 o horário” , e ai fui pra casa.

Quando cheguei em casa tomei uma tunda de rebenque da minha mãe que ela não me perguntou onde eu tava, ela só disse pra mim “entra”. O pau pegou, guria! Jamais vou me esquecer. Rebenque é um relho que tem uma bola na ponta, minhas perna ficaram na miséria, meu pai se alevantou naquele gritreiro, eu dizendo “mãe, não me dalhe, eu não fiz nada de errado, mãe”, aquele gritreiro, ele diz “mas o que foi, Ana? o que que houve?”

“Esta vagabunda me saiu escuro de casa, e olha a hora que ela volta”, ele diz assim “Me diz onde tu foi?”

E eu tirei de dentro da calça a carteira profissional, já com emprego, eu disse pra ele “tu me falasse, pai, que a gente só podia trabalhar se tivesse uma carteira profissional”, ai dali eu fui trabalhar e me emancipei por conta própria, eu sai de casa, fui morar com umas gurias que trabalhavam na fábrica, mais velhas que eu. Bebiam, usavam droga e eu no meio vendo aquilo, tinha um gurizinho pequeninho de uma delas, eu nunca usei uma droga, até hoje nunca usei droga. Eu tinha 13 anos, foi indo, foi indo eu fui trabalhar numa fábrica, sozinha, vim pra Rio Grande fui trabalhar numa fábrica quando eu vim tinha 17 anos. E queres que conte a história toda, nenê? Ai eu saí da fábrica, tava com 17 anos na época, saí da fabrica já era tarde, e tinha um homi atrás de mim e eu não vi aquele homi. Ele me violentou, eu tava com 17 anos, eu era virgem, ele me violentou e eu engravidei. Ele tem 33 anos, aí eu conheci um rapaz que disse que ia assumir a criança, na prática não acontece. E meu pai veio de Santa Catarina, e veio disse pra mim quando ele nasceu, eu não fiz pré natal, eu não fiz nada, quando ele nasceu, nasceu doente. Meu pai disse pra mim “eu crio ele pra ti”, eu entreguei meu filho pra ele, tá e depois meu pai levou ele embora. A gente conversa, mas não tem aquela afinidade, tenho como irmão. Ai em seguida já engravidei do Maicon, meu filho mais velho, aí eu aprendi a ser mãe. Meu pai de Santa Catarina visitar o neto e disse “esse vai te ensinar a ser mãe”, aí eu aprendi ser mãe, isso com 19 anos, mãe solita. Até os 2 anos o genitor estava junto, e começou a me bater, me batia, me batia.

E eu ia na comunidade Santa Rita e ai eu já conhecia a Gessy, ela dizia “onde tu caiu?” eu respondia “caí na pia, Gessy, na quina da pia”, “tá bom” ela dizia. Ela me ajudava muito, eu tinha Maicon ele mamou até os 3 anos e 3 meses, teve um dia que não fui no grupo de mães, e ela foi na minha casa, chegou e disse “não tens um chimarrão ai, Marina?” , eu respondi “nem tomo chimarrão, Gessy” , e ela “mas na igreja tu toma” , ela disse assim “Mulher não precisa de Homem pra sobreviver, pensa nisso, eu só vim na tua casa para ver se tu tinhas pia.”

Dali eu me separei. Eu já tinha 2 filhos, eles tem diferença de 3 anos, eu tive seis filhos e perdi dois. Aí depois que eu me separei foi quando ele começou a me agredir mais, não aceitou a separação, ele usava droga, fui embora, eu fugia ele me batia, eu ia bater na casa da Gessy de madrugada, ela me acolhia. Naquele tempo não tinha casa de

acolhida, ela me levava para casa dela, era perto as casas, muitas vezes parei na casa dela , com um na cintura e outro pela mão.

A última vez que ele me bateu, ele me botou na UTI, ele me botou na UTI lá na Marechal. Eu gosto de falar a verdade, nenê? Eu sai daqui e fui morar na zona de prostituição, lá fui ser garota de programa, não fiquei muito tempo, meu filho mais velho tu perguntava para ele “onde a tua mãe trabalha, Maicon?” “A Mãe vende Avon.” Eu dizia “agora tu te deita que a mãe vai vender a Avon, tá?” , ele foi descobrir depois de grande, tá eu fui pra lá e ele descobriu, ele me achou e ele me pegou, aí ele me pegou, acabou comigo, me botou na UTI , e eu já estava grávida de outro, o Rodrigo tem 27 anos, ele foi preso, ficou um ano e meio na cadeia, não tinha ainda Maria da Penha, ele foi preso porque a Gessy, a Arlete , a Vera, mulher do Claudio Costa, elas foram lá no promotor falar, quase foram presas, o nome do promotor era Jacot, não esqueço esse nome. Ele disse pra elas “a mulher está se prostituindo”, elas diziam “vocês tem que prender ele, ele vai matar ela” , eles não acreditaram , ele me pegou e me largou estirada em plena Marechal, foi na Marechal, eu trabalhava na Rua, estava grávida sai. Me casei de novo, apanhava de novo, apanhei de novo, sai, aí conheci o pai do Nicolas, um homem mais velho que eu, me ajudava muito. E ele sempre dizia pra mim assim: “Mulher não apanha de homem, o homem mais forte que for tu faz assim, faz um carinho nele, oferece um cafezinho, esquentar bem a chaleira e joga por cima dele, nunca mais ele vai bater em ti.” Eu vivi 18 anos com ele, mas a gente se separou porque não dava mais certo, a gente nunca brigou, a gente separou que não dava mais certo, o que restou dessa relação foi o Nicolas, foi em seguida que o Nicolas nasceu, ele não soube lidar com o Nicolas especial, ele dizia que a família não tinha ninguém doente. Quem perdeu foi ele.

Pra conquistar o espaço da associação e tipo, uma associação, vários sócios, a maioria homem, quando a gente pegou a trabalhar era um espaço onde só tinha homi, tinha uma balança onde tinha homi, homi pesando caminhão. Tinha uma mulher motorista e está mulher motorista era menino, aí a gente tinha que conquistar o espaço para chegar até o caminhão, até o homi da máquina que puxava o lixo, até aquele homi que ia pegar o beque, quem iria conquistar o espaço um homi ou uma mulher? Na época na diretoria tinha 12, eu não sabia trabalhar, aprendi bastante com a Gessy, essa história de fazer essa amizade de conversar com as pessoas, quem construiu foi eu de chegar falar “seu motorista, vem cá” , nunca me esqueço que tinha um que usava uma toca ninja eu dizia pra Gessy “esse homi é traficante , esse homi não mostra o rosto”, a Gessy dizia “deixa

esse homi que ele vai te quebrar”, ele era homi que puxava o lixo pra nós , mas ele não trocava uma palavra com nós, ele era uma pessoa muito grossa, eu subi lá em cima e disse assim pra ele “será que tu pode ir lá embaixo pegar o container pra mim, tirar ele de lá?”, e vi que ele mexia no celular e vi a foto, era uma mulher, eu perguntei “é tua esposa?” e ele disse “sim, faz seis meses que ela está no hospital na UTI” “capaz”, “seis meses para terminar a gestação, ela tá grávida de gêmeos, mas ela tem uma doença terminal”. Ai eu disse assim “mas tudo vai dar certo, só não há jeito para morte, o resto é resto. Amanhã quem sabe tu chega lá e tu tens uma noticia boa”, ele me disse que só queria se despedir.

No outro dia ele veio com uma moto grande, chegou buzinando, ele tirou mascara e eu vi que ele era um alemão, “eu falei com o doutor e ele disse que ela melhorou”, ai fiz amizade com ele. Às vezes as pessoas tem problemas e não gostam de dividir com os outros, e ele tinha um problema muito sério.

Ah, no caso meu trabalho é muito importante, meu trabalho é como se eu fosse o presidente e a cooperativa é o meu Brasil, as pessoas não dão importância “trabalha no lixo, é lixeira”, as pessoas não tem noção do que a gente faz para chegar até ali. Tudo o que eu tenho agradeço a cooperativa.

Meu nome é Gessy Chaves Prates, meu estado civil? Eu sou casada, a idade 62, tenho ensino médio completo, terminei já adulta, estava no conselho quando eu terminei.

Eu vou começar contando assim, somos de uma família de 15 irmãos, minha mãe teve 15 filhos, nenê? Ela nasceu lá no município de Tavares, alguns nasceram lá e outros aqui Rio Grande, nenê? 15 filhos, 15 irmãos, quando ela veio para Rio Grande veio com nós todos pequenos, aí então ela começou trabalhando na fábrica de peixe já separada do meu pai. Eu já tinha outros irmãos só parte de mãe e separada quando ela arrumou um companheiro, nenê? E também trabalhava na fábrica de peixe com ela, a gente todos pequenos, as vezes levava a gente segundo ela contava e tem gente que conheceu ela conta que ela levava a gente numa caixinha e botava na beira da fábrica e levava a gente na fábrica e trabalhava até altas horas da noite aqui em Rio Grande com muita dificuldade.

Aí fui morar com uma tia eu tinha 5 anos, fui morar com uma tia. Fiquei até uns três quatro anos, depois fui morar com uma vó, a vó faleceu e eu voltei a morar com outra tia, né? Nessa casa da minha tia, que hoje também é falecida, fiquei até os 14 anos. 14 anos retornei para casa da minha mãe, né? Aí porque até estuda com essa tia estudei o 1 grau, com 14 anos fui conhecendo os outros irmãos, com 14 anos a minha tia não havia ainda falecido, inventei “quero voltar para casa da minha mãe , quero morar” , comecei a conhecer os outros irmão, voltei para casa da minha mãe ela ainda com outros pequenos com muita dificuldade continuava trabalhando na fábrica de peixe e eu continuei estudando, estudei na Escola São Luiz Gonzaga, a escola Presidente Vargas e no Agnela do Nascimento, que foi a minha primeira escola. Depois fui para a escola São Luiz aí fiquei com a minha mãe, fiquei estudando, aí devido as dificuldades fui parando, parei de estudar.

Aí então vai trabalhar, tem que trabalhar, né? Um monte de irmão, né? A mãe já me colocou, naquele tempo não tinha se podia ou não podia, se era trabalho escravo ou não, então vamo trabalha. Foi eu trabalha, tinha outros irmãos que já trabalhavam na fábrica de peixe, aí comecei a trabalhar. Quando fiz 15 anos arrumei um namorado, nem tinha completado os 15 anos, né? Acabei ficando grávida, primeiro filho, uma barra. E a minha mãe disse “tu ficou grávida, tu vai continuar trabalhando”, aquela coisa não sabia nada, não explicavam nada. Nem culpo ela, que orientação ela teve? Porque teve 15 filhos, não teve orientação também da família, naquele tempo as dificuldades eram grandes.

Ai tive o meu primeiro filho, ele tá com 40 anos..., É, 40 anos. Quando completei 15 anos eu tive ele e com bastante dificuldade e a minha mãe ali “vai trabalhar, tem que trabalha” e a gente sempre trabalhando, né? Aí depois arrumei um companheiro, porque o pai mesmo do meu filho não fiquei com ele, até que a minha mãe na época disse “tu tem que casar”, ela queria que eu casasse, eu nem sei porque cargas d’água eu fiquei. Uma historia bem complicada, mas que os médicos dizem que acontecem, né? De tu não ter uma relação e ficar grávida, acaba acontecendo de tu ficar grávida, aí, né, ganhei o bebê e a vida que segue. 1 mês de parto vai para fábrica trabalhar, o capataz dizia “ela não pode trabalhar”, minha mãe dizia “ela tem que trabalhar”, eu nem sabia cuidar uma criança, passei muito trabalho uma dificuldade, então ai minha mãe a gente conseguiu uma casa de família, vai trabalhar em uma casa de família. Fui eu trabalhar, minha mãe começou assim. To rindo porque as minhas irmãs me levavam para trabalhar na porta do serviço para trabalhar e iam me buscar, né? Para não arrumar outro filho. Seguiu trabalhando, a gente morava na Henrique pancada, naquela ocupação, sempre com muita dificuldade. Depois arrumei um companheiro e tive o segundo filho, o Rodrigo, hoje já são adultos. Eles já estavam grandes e ai começaram a tirar as pessoas da ocupação e trazer aqui para o bairro Profurb, acho que no período de 78 /79. Tiraram alguns, argumentavam que iam tirar todos, mas não tiraram, eles chegavam lá tiravam família tudo, colocavam as casas em cima dos negócios que tinha e leva a casa com tudo “e a gente vai colocar vocês lá no bairro”, Que bairro? Nem era bairro coisa nenhuma. Quando a gente veio para cá eu nem sei te dizer que isso aqui era, era um buraco, areia por tudo, não tinha ruas feitas, era bem dizer um campo onde pegaram largaram as pessoas ali de qualquer jeito, não tinha água, não tinha luz, eu me lembro muito bem. A gente lavava roupa tinha valetão, hoje não tem condições, existe hoje, era uma água corrente, dali as pessoas tiravam água para beber, dali lavavam a roupa, ali na beira da água, o prefeito da época acho que era o Rubens Emi Correa, tiraram de qualquer jeito, atiraram as pessoas de qualquer jeito. Eles tiravam as pessoas, as casas chegavam em cima daqueles triângulos que eles tinham. A maioria das casas chegavam quebradas, tudo destruído, entendeu? Aí mais uma dificuldade na vida da gente, era casa destruída tudo né, a gente veio pra cá sem luz, sem tudo, eles foram colocando as pessoas. Morei certo tempo, quando a gente veio dela com a minha mãe, depois a gente já conseguiu uma casa ali na frente na Socowisk, eu morei trinta anos ali na Soocowisk ali, né? Mas aqui ainda no Profurb, até então chegar aqui não tinha luz, muito mosquito, muita, muita dificuldade. A gente com criança pequena, né? A gente saia, o ônibus nem vinha até aqui, vinha até o

antigo final da linha da noiva do mar, na São João Recreio, ali era o antigo final da linha, né? A gente descia lá e vinha a pé até chegar no Profurb, hoje é o bairro Santa Rita. Tá, ai fiquei morando ali, cada um com a sua vida, né? Minhas irmãs também, cada uma com sua vida, ai alguma coisa tinha que ser feita, ai tinha uma antigo Chácara aqui atrás, era o seu Helder, né? Ele era bem dizer o “dono de todo esse pedaço de terra” que tinha aqui, ele era na época um português, uma pessoa bem ativa, gostava de conversar, ai conversando ele dizendo “se tivesse uma associação, alguma coisa assim, né?” Eu nem conhecia o que era associação, a gente sempre se reunia, era um grupo e conversava ai assistência não tinha nenhuma nem posto médico, nada, nada.

Ai naquela época conhecemos um que foi até vereador da cidade de Rio Grande, Clóvis Ramos, era um grupo, formou uma associação junto com seu Helder, ai resolveu se formar uma associação de moradores. Aí começamos a nos reunir para reivindicar a questão da água e da luz que não tinha no bairro, né? Teve um tempo que a gente saiu a pé daqui até o centro, o pessoal todo, uma caminhada até a prefeitura, naquela época, pra reivindicar a questão da luz que não tinha. Ai começamos a nos reunir, ai apareceu na época a Tia Luizinha, Luiza Bastos Telechea, que hoje ela é falecida, a outra, Tia Nena, e tinha mais outras no grupo e elas começaram na época na frente da minha casa. Elas vinham e traziam café, alimento e a tia Luizinha dizia “se a gente tivesse um lugar para se reunir, né?” Porque tinha muitas mulheres, porque ela dizia que não adiantava ficar sempre doando e não fazer nada, então ela dizia se não tinha um lugar. Então o seu Helder da época disse “olha eu tenho uma casa” que era bem ali no meio do campo, diz ele assim “é uma peça, vou mandar limpar, de repente a senhora vai dar uma olhada pra vê se dá para se reunir com as mulheres”. Ai ela foi, ela gostou, botou máquina de costura tudo, ai começou a ensinar o pessoal a fazer acolchoado, tudo que era artesanato ela ensinou para as mulheres. Elas doavam sacola de alimentos, mas para ganhar tinha que estar fazendo parte do grupo, fazendo acolchoados. Dava para quem necessitava e outros vendiam para comprar os materiais. Eu já tinha dois filhos, ai tá, ela me perguntou “quem sabe tu e outra, a Ana, uma amiga minha vocês coordenam, vocês nos ajudam”, a gente conhecia o pessoal todo, ai a gente começou ali, a gente fazia crochê fazia tudo. E ai apareceu um casal que era de um grupo de família, lá da São João, na época acho que era a Zeli, não me lembro o nome, das mulheres eu me lembro. Zeli e o esposo, a Ide e o Juarez que era um casal, convidando a gente para participar de uma atividade que era da igreja, uma coisa assim, né? E também dos movimentos, ai comecei a participar da pastoral da

juventude com vinte poucos anos, pastoral da mulher que a gente participou e depois fomos para a pastoral da criança, mas isso mais adiante. Mas aí, na pastoral da mulher, veio na época o Frei Arno, que também no mesmo local começou a rezar missa, o pessoal participava também, né? Aí ele começou a rezar missa, eles rezavam a missa ali, eles perguntavam quem já tinha eucaristia, eu já tinha porque eu fui criada na igreja católica, né? Aí a gente começou a participar aí os movimentos, formaram na época a comissão de defesa das vilas já, por exemplo, já saía daqui para reivindicar as necessidades nossa, já passava no bairro Fátima que também era outro, passava na Profurb I e a gente ia reivindicar, a gente fazia os movimentos até eles conseguirem botar luz e água aqui porque depois que eles colocaram a gente aqui, passou uns bons 4 anos sem água e sem luz, com muito trabalho.

Aí comecei a participar, tinha as formações dos movimentos, eu me interessei pelos movimentos, tinha as formações eu ia, tanto aqui na cidade como pra fora, né? Aí teve a pastoral da criança, aí teve a formação, a gente fez e a gente cuidava das crianças visitando famílias, muito bom, crescendo como pessoa, né? Eu me lembro que quando os casais vinham convidar a gente para participar eu dizia mas que gente chata, o que essa gente vem bater na porta para incomodar a gente?

Não queria participar, né? Queria ficar submissa naquele mundinho da gente, aí começemo a participar, comecei a me envolver com os movimentos todos, aí depois quando eu comecei a participar da pastoral da criança, acho que 1980 por aí, 80 ou 82, por aí começo a participar da pastoral da criança, começa a fazer formações, acho que em 1987 por aí já surge. Como a gente começou a participar na pastoral da criança, a gente começou a defender os direitos da criança os direitos das mulher, tudo isso a gente começou esse movimento, e lá em 90 quando surgiu o estatuto da criança e do adolescente acho que lá em 89, 80, foi 89, a gente criou o conselho dos direito da criança, né? Foi criado o conselho dos direito da criança aqui em Rio Grande. Teve várias reuniões, várias formações, aí foi criado pela lei municipal o conselho da criança. Aí dentro de tudo isso eu já fui presidente do bairro, né? Com todas essas andanças eu fui presidente do bairro por vários e vários anos, aí então criou o conselho dos direitos da criança e do adolescente, era um grupo de todas as pessoas do bairro, né? A gente se reunia na antiga Igreja do Galo pra fazer as reuniões, né? Até sair a lei. A Igreja do Galo era na Barão de Cotegipe, era perto do Antigo Helena Small, ela Igreja Anglicana, e depois reunimos as formações na Igreja do Salvador, eles ofereciam na época os locais,

ai então surgiu o conselho tutelar, criou-se a lei municipal e tem a formação do conselho tutelar, teve chapas na época. Primeira conselheira foi a Arlete e eu era a vice dela, na época quem muito lutou pelo conselho foi a Cristina Juliano, a gente lutou muito na época fizemos as barracas na praça, não sei se tu já ouviu falar disso, tinha uns acampamentos a gente juntava os meninos de rua, fazíamos sopa, juntávamos eles. O quartel emprestava as garrafas, aí a gente ajudava eles.

Aí veio a eleição para o conselho tutelar, eu fui vice da Arlete, ai concorri por mais quatro mandatos, fui conselheira titular e fiz meus quatro mandatos, foi uma experiência muito árdua. Naquela época podia escolher a região, fiquei no BGV, na Mangueira. Eu gostava do trabalho, quando a gente tem conhecimento da realidade, não é morar na vila, mas é saber da onde mora. Na época o conselho não era remunerado, a gente trabalhava por amor a causa. Então a gente fazia por amor, recebia as passagens, ainda era uma briga. Eu comprei uma bicicleta e ia de bicicleta, como digo tem que gostar da causa e tem que conhecer, quantas vezes a gente questiona a família, tem que colocar no lugar, tu questionar uma mãe porque ela deixou o filho sozinho para ir trabalhar, tu tens que entender a realidade daquela família. Pra mim desde que tu não vá agredir, que não vá maltratar, tu não tem como fazer.

As vezes as denúncias que o pai estava trabalhando com a criança na carroça, eu olhava para Sonia e dizia “se disser para o pai deixar a criança sozinho ou ficar sem comida e fica em casa com ela”, então assim. é uma realidade muito cruel trabalhar no conselho, realmente bem difícil. Se realmente quer fazer o trabalho é bem difícil e naquela época não tinha o apoio, hoje tem a casa, tem uma rede, embora tenha dificuldade da rede, que a rede tenha as falhas, tem a rede. O cargo é que nem o de vereador, vou porque vou ganhar um salário, quando eu fiz meus 4 mandatos, cada um de 3 anos, a Arlete e o pessoal dizia “a Gessy vai concorrer”, eu dizia para Marina “eu não vou concorrer”, depois naquele tempo que fiquei fora eu pude ver quem estava entrando, a maneira que elas estavam trabalhando... Eu não fui a melhor, as nossas falhas deve ter tido, mas fui lá para fazer o meu trabalho com carinho, como faço na cooperativa, como faço em outros órgãos que tem e eu já trabalhei na casa da mulher, nos abrigos aqui da cidade eu já trabalhei em todos, entedesse? A gente vê as realidades. Eu não quero concorrer, eu poderia, olha onde eu tô trabalhando, na cooperativa, teve gente que disse assim “ai tu trabalha na cooperativa, tu trabalhava no conselho com pessoal da prefeitura” _E o que

que tem? Pra mim é normal. Eu gosto de estar no meio da mulherada, pra mim o trabalho da cooperativa é muito valorizado.

Mas então tá, terminou o mandato do conselho, retornei para o grupo de mães do bairro, a gente sempre teve uma boa relação, a gente tava reunidas aí apareceu na época a professora Marcia acho que era da Universidade e o professor Marcos, estavam fazendo um trabalho de arqueologia na Chácara do Seu Helder, porque essa Chácara teve escravos trabalhando, né? Tinha algumas coisas ali, então eles estavam fazendo trabalho de arqueologia ali, ai indicaram para eles eu que conhecia a história do bairro alguma coisa assim, ai eles ficaram no grupo de mães eles disseram, fomos lá demos uma olhada e eles ficaram lá trabalhando com alguns alunos, eles começaram a nos visitar no grupo de vez em quando. Um dia veio o Professor Marcos e a professora, ela via nosso trabalho ali e perguntou “e essas pessoas da onde são?” E eu disse “tem gente de tudo quanto é lugar, alguns são catadores, né trabalham com o lixo, recolhendo “, aí ela começou a colocar ali fazendo a história, ai ela disse “tive conversando com o pessoal da prefeitura, gurias, vocês não teriam vontade de formar uma associação, uma cooperativa?” Eu disse “de que a cooperativa?” “Uma cooperativa de reciclagem.” “Mas como se a gente não tem nada para trabalhar?” “O material vocês vão ter, assim, oh.” Na época a Rio Grande Ambiental devia para o município, tinha uma compensação ambiental, eles teriam montado toda uma estrutura no antigo lixão, onde tinha a esteira, tinha as prensas, tudo direitinho para poderem montar uma cooperativa, tudo o que precisava, então ela falou “quem sabe vocês montassem uma cooperativa.” Ai eu digo “mas como?” Ai ela disse “vamos se reuni!” A gente se reunia todo final de semana, eles trouxeram material, a gente se reunia estudando aquele material, vendo o que era uma cooperativa. Eles trouxeram um pessoal para fazer a formação para explicar o que era. Participava a Marina, a Maria, a Neuza, uma turma participava, e fizemos essa formação, né? Ai eles fizeram uma pergunta: “Vocês acham que já tá pronta? Podemos formar a cooperativa?” Eu respondi “acho que sim.” Ai ela disse “mas antes de formar a gente vai fazer uma visita”, fomos a Novo Hamburgo, não lembro se foi um ou dois ônibus, minto, antes de formar a cooperativa fizemos um levantamento de pessoas que trabalham com a reciclagem, ai fizemos, né? Aí veio em torno de 110 pessoas, escreveram essas pessoas que gostariam de trabalhar na cooperativa, ai fomos para Novo Hamburgo visitar, fomos duas cooperativas visitar as cooperativas. Passemos o dia lá vendo como as pessoas trabalhavam, o que era uma cooperativa, foi muito bom! Quando retornemo fizemos a fundação da cooperativa, em

2012.5 de junho de 2012 nos começamos a trabalhar, em março de 2012 a gente fundou, com uniforme e tudo, aí então começamos. Experiência para trabalhar não tínhamos muito e até 2018 ficamos no antigo lixão e depois foi para lá (nova sede).

Olha eu me vejo igual as outras, me sinto realizada, não me envergonho. As pessoas dizem pra mim “ah, porque tu já trabalhou ali? Uu é louca! Não sou louca, to ali, estou fazendo o trabalho, eu não, nós todas estamos fazendo um trabalho para o meio ambiente. Olha, vai fazer um levantamento do que a gente já produziu, a gente já limpou o meio ambiente. Então eu me sinto realizada e gosto de trabalhar com mulher, eu fui sempre fui a questão de defender as mulheres, isso pra mim assim... E o nosso trabalho é na maioria só mulher, eu conheci mulher, de todas mulher, diferentes mulheres, de diferente situação. Me chamam de Madre de Calcutá, porque eu estou sempre ajudando, aí dizem “ah porque ela fez isso ou fez aquilo”, pra mim não me interessa, eu sempre fui essa questão defende a mulher, tanto que eu quanto mulher eu me defendo, não deixo ninguém jamais me ofender me agredir, não aceito e defendo qualquer mulher não aceito. Eu tenho dois filhos meus biológicos aí lá em 1990 eu adotei um menino, na época ele tinha 4 meses, estava no último grau de desnutrição, estava no hospital, na ultima mesmo. Fomos fazer um trabalho com a pastoral da criança, a mãe tinha abandonado as criança, disse que se ninguém pegasse ela tinha dado para uma outra ali atrás, que também não cuidava, aí essa criança foi parar no Hospital. Aí o Doutor Oswaldo, pediatra, ele tinha conhecimento do nosso trabalho na pastoral da criança que na época, a coordenadora era a Vera Alves, não, Vera Silva, era coordenadora, me ligou e disse “O doutor Oswaldo me ligou e uma criança da tua vila, não era da minha vila antigo Profurb I, a mãe abandonou no hospital, deu para outra mulher que não tinha condições e que se ela não pegasse iria largar no lixo”, ele tinha 4 meses, 1kg. Lá nele a gente tem foto, hoje já falecida doutora Zilda Arns veio a Pelotas , conheci ela. Ele já estava quase 1 mês no hospital com essa mulher que não cuidava dele, ela tinha uma outra criança, demos a multimistura para ele, a gente curou ele e ele aumentou 500 grama, farinha nele. Resumindo ele acabou ficando comigo, a mãe assinou, não queria mesmo. Depois veio a Luciana, eu batizei ela, a mãe dela já havia perdido uma criança por falta de cuidado, conseguimos colocar a mãe dela a morar na igreja, antes disso a mãe dela parou no hospital com ela, minto com a outra que perdeu. A mãe dela começou a deixar a Luciana e largava para comprar leite e não voltava, ela é de 1993 fiquei com dois pequenos, desde pequena, tenho dois filhos biológicos e dois filhos adotivos.

Para nós catar e reciclar é importante e digo para elas olha quanto o nosso trabalho é importante para o meio ambiente, olha que a gente faz com essa coleta seletiva, que entre aspas ainda não é uma coleta seletiva, existem pessoas que tentam fazer com que esse lixo chegue lá selecionadinho, limpinho, separadinho. Mas a grande maioria não tem noção ainda o que separar teu lixo em casa, tu vai separar teu lixo não vai colocar a casca de batata, a erva mate, isso acontece muito. Vem a lata de tinta junto, derrama e contamina tudo. Vem garrafa de óleo mau fechada, acaba contaminando os outros materiais. Vem papel higiênico no meio dos outros materiais, falta conscientização das pessoas e quem pode fazer isso é nós os cooperados. O município tem que fazer a parte dele de conscientizar as pessoas, não só passar o caminhão. O coletor abre mistura tudo, eles olham e misturam tudo.

Meu nome é Maria Juraci da Rosa Ribeiro, sou casada, essa minha idade que eu não sei agora, 50 e pouco, mas não sei, acho que tenho mais de 50, mas não sei agora, sou de 07 de Fevereiro de 63, eu acho. Sou casada no civil e na igreja, tenho meu marido um monte de anos. Eu estudei lá mesmo, eu estudava quando eu morava nas granjas, também estudei nos colégio de lá mas agora eu estudo lá. Eu já morei em Santa Vitória, mas eu nasci em Santana da Boa Vista. Eu conheci meu marido a gente casou e fomos para Santa Vitória de trabalho até chegar na cooperativa Santa Rita. Eu quando era solteira, a minha irmã Isabel que eu vim com 12 anos, eu conheci meu marido aqui em Rio Grande, a gente casou depois a gente foi para Santa Vitória, fico umas fia minha pra lá.

Eu quando era solteira, eu morava com a minha irmã, fui criada com a minha irmã Isabel que mora ali na minha rua, eu vim com 12 anos, eu conheci meu marido aqui eu casei com 20, né? Aí depois dos 20 a gente casou, foi indo pras granja e depois a gente voltamos pro mesmo lugar. Primeiro morei aqui em Rio Grande com a minha irmã, minha irmã casou e eu vim pra cá com 12 anos, conheci meu marido desde pequeno, vim pra cuidar de babá com eu vim com 12 anos. Com 20 anos eu casei com meu marido.

Foi acho que a sorte, a sorte porque eu tava precisando de serviço, a sorte porque eu to até agora, to um monte de ano.

Eu me sinto bem, vou bem arrumada e bem pintada, me sinto que to bem faceira e toco a minha vida, sempre fui assim. E lá ganho o meu sustento, eu preciso daquele serviço, eu até oro. É um serviço digno, não me acho que teja às vezes pessoas dizem que tô no lixo, eu não me acho um lixo, eu vou bem pintada bem limpa, como todo mundo vai para um serviço qualquer. Eu não me sinto, eu sinto que tô no serviço digno que ganho o meu salário para me sustentar.

Eu vejo é muito livro que vai pra lá, a gente separa as coisas, foi lá que eu aprendi a reciclar. Pra mim, sou catadora de rua com muito orgulho, eu junto as garrafas quando vou trabalhar bem cedo, separo tudo bem direitinho e vendo. As pessoas dizem que eu cato tudo, eu digo com muito orgulho. Eu tenho 4 filhos, 3 meninas e 1 menino. A minha história é bem importante porque eu vim pequena pra cá para ajudar a minha irmã e as minhas sobrinhas, são professoras.

Eu me sinto assim, aquele serviço pra mim é tudo, eu me sinto bem, eu estudo porque é importante. A gente passa cada coisa, mas eu sou evangélica tenho Deus.